

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

52

jul/set, 2017



**Banco do
Nordeste**

OBRA PUBLICADA PELO**PRESIDENTE**

Marcos Costa Holanda

DIRETORES

Antônio Rosendo Neto Junior

Henrique Teixeira Moura

Luiz Carlos Everton de Farias

Perpetuo Socorro Cajazeiras

Nicola Moreira Miccione

Romildo Carneiro Rolim

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS
DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves

Economista Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Gerente de Ambiente

Airton Saboya Valente Junior

Gerente Executivo E. E. – Célula de Estudos e Pesquisas

Macroeconômicos

CORPO EDITORIAL**Editor-Científico**

Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo

Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA**Produto Interno Bruto**

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Allisson David de Oliveira Martins

Produção Agropecuária

Jackson Dantas Coêlho

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Serviços, Comércio e Turismo

Airton Saboya Valente Junior

Rodrigo Fernandes Ribeiro

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiário

Rodrigo Fernandes Ribeiro

Tabulação de Dados

Leonardo Dias Lima

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A**Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177 Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - Edição 52 (Julho – Setembro. 2017).
Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2017

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1. Nível de Atividade Econômica.....	04
2. Produção Agropecuária.....	08
3. Produção Industrial.....	13
4. Serviços.....	18
5. Comércio Varejista.....	22
6. Turismo.....	25
7. Mercado de Trabalho.....	28
8. Comércio Exterior	32
9. Finanças Públicas.....	39
10. Intermediação Financeira.....	42

1. Nível de Atividade Econômica

1.1 Contas Nacionais

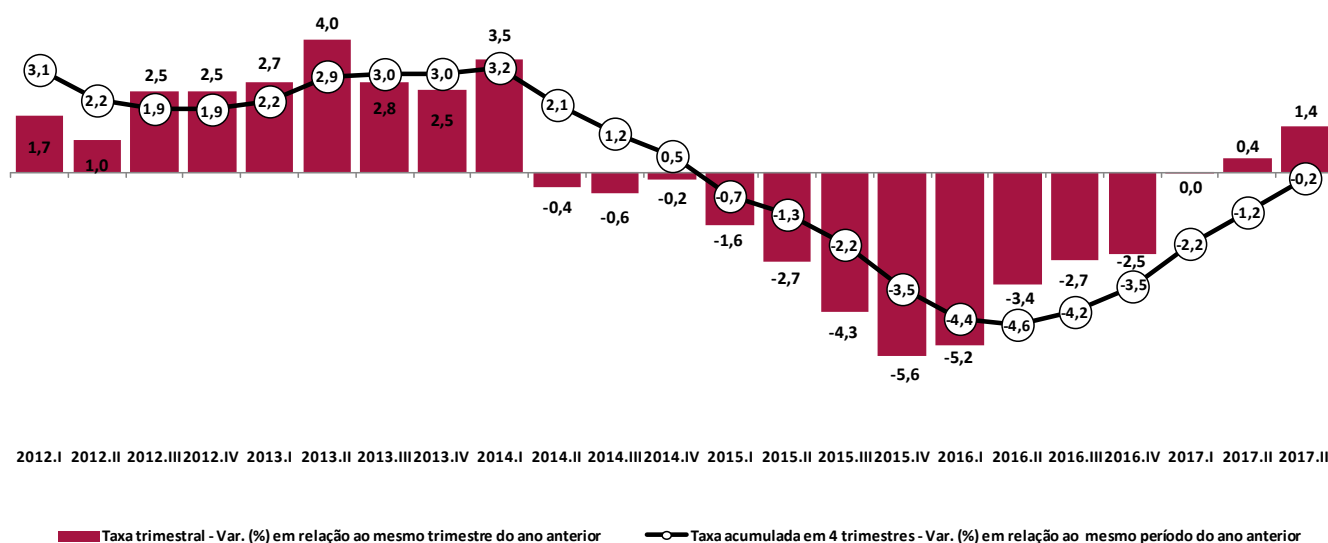
O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil registrou variação positiva de 0,1% no terceiro trimestre de 2017 em comparação com o trimestre imediatamente anterior. Na comparação com igual período de 2016, o PIB apresentou crescimento de 1,4%. No acumulado dos quatro trimestres terminados no terceiro trimestre de 2017, o PIB encolheu 0,2% em confronto com os quatro trimestres imediatamente anteriores. No entanto, no resultado acumulado do ano, até setembro de 2017, o PIB registrou variação positiva de 0,6% em relação a igual período de 2016. Em valores correntes, no terceiro trimestre de 2017, o PIB alcançou R\$ 1.641,4 bilhões, sendo R\$ 1.415,6 bilhões referentes ao valor adicionado a preços básicos e R\$ 225,8 bilhões relativos a impostos sobre produtos líquidos de subsídios, conforme dados

divulgados pelo IBGE.

A trajetória de queda do PIB, iniciada a partir do segundo trimestre de 2014, mostrou arrefecimento a partir do terceiro trimestre de 2016 (-3,4% em 2016.II, -2,7% em 2016.III, -2,5% em 2016.IV e 0,0% em 2017.I). E, em seguida, verificou-se dois trimestres consecutivos de crescimento (2017.II e 2017.III), conforme mostra o Gráfico 1. Assim, de forma suave, a economia brasileira começou a sinalizar quadro favorável a partir do segundo trimestre de 2017.

Contudo, as variações acumuladas em termos quadrimestrais ainda apresentam declínios, embora descendentes, a partir do terceiro trimestre de 2017 (-4,2% em 2016.III, -3,5% em 2016.IV, -2,2% em 2017.I, -1,2% em 2017.II e -0,2% em 2017.III).

Gráfico 1 – Brasil: Evolução das taxas de crescimento do PIB trimestral e acumulado nos quatro trimestres (em %) - 2012.I a 2017.III



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Pelo lado da oferta, no comparativo do terceiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a indústria permaneceu praticamente estagnada, com crescimento de 0,4% no valor adicionado bruto. Dentre as atividades do setor que expandiram nessa base de comparação, tem-se: a *indústria de transformação* que apresentou crescimento de 2,4%, resultado influenciado, principalmente, pelo aumento da produção de alimentos e veículos automotivos; a *indústria extrativa*, crescimento

de 2,4%, puxada pelo incremento da extração de minérios ferrosos; a atividade de *eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos*, por sua vez, registrou variação positiva de 0,2%. A *Construção* apresentou redução no volume do valor adicionado de 4,7% em relação ao terceiro trimestre de 2016.

O valor adicionado de serviços registrou variação positiva de 1,0%, com ênfase para o crescimento de 3,8% do comércio (atacadista e varejista), seguido por atividades imobiliárias (+2,1%) e transporte, armazenagem e correio (+1,9%).

Dentre as atividades que participaram para a geração do valor adicionado, a agropecuária expandiu 9,1% no terceiro trimestre de 2017 em relação a igual período do ano anterior. O resultado deriva do incremento na estimativa da produção anual e produtividade de culturas relevantes, a exemplo da soja, milho, feijão, arroz e algodão, conforme as estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE.

Pela ótica da demanda, cabe destacar o comportamento do *consumo das famílias*, que possui participação relativa de aproximadamente 64,0% do PIB Nacional. Após nove trimestres de contração, o componente *despesas das famílias* apresentou resultado positivo pelo segundo trimestre consecutivo: aumento de 2,2% no terceiro trimestre em relação ao mesmo de 2016. O crescimento dos últimos dois trimestres tem sido reflexo de alguns indicadores macroeconômicos, como a desaceleração dos índices de preços; a redução da taxa básica de juros; além do crescimento real de 2,3% da massa salarial no terceiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016.

Outro componente da demanda que apresentou incremento diz respeito à *exportação de bens e serviços*, com crescimento de 7,6% no terceiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Segundo o IBGE, dentre as exportações de bens que registraram os maiores acréscimos foram: agropecuária; veículos automotivos; máquinas e tratores; petróleo; e siderurgia. Na pauta das *importações de bens e serviços*, que, por sua vez, expandiram 5,7% na mesma base de comparação, os aumentos mais relevantes ocorreram em siderurgia e metalurgia; equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e artigos do vestuário.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede o quanto as empresas aumentam os bens de capital, sofreu contração de 0,5% no terceiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, a décima quarta queda consecutiva. O recuo é justificado, principalmente, pela queda da construção, que foi, parcialmente, contrabalanceado pelo crescimento da produção e importação de bens de capital.

A conta consumo do governo, por sua vez, registrou declínio de 0,6% em relação ao terceiro trimestre de 2016, conforme os dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Brasil: Evolução das taxas de crescimento trimestral ⁽¹⁾ dos componentes do PIB - 2016.II a 2017.II

Variáveis macroeconômicas						
Trimestre /mesmo trimestre do ano anterior (%)		2016.III	2016.IV	2017.I	2017.II	2017.III
Ótica da Produção	Valor adicionado bruto da agropecuária	-0,6	-1,8	18,5	14,8	9,1
	Valor adicionado bruto da indústria	-2,8	-3,0	-1,0	-1,9	0,4
	Valor adicionado bruto de serviços	-2,1	-2,3	-1,6	-0,2	1,0
Ótica da demanda	Despesa de consumo das famílias	-3,4	-3,0	-1,7	0,6	2,2
	Consumo do governo	-0,3	0,2	-0,5	-0,8	-0,6
	Formação bruta de capital fixo	-8,5	-5,9	-3,7	-6,7	-0,5
	Exportação de bens e serviços	0,2	-7,6	1,8	2,5	7,6
	Importação de bens e serviços (-)	-6,8	-1,1	9,8	-3,2	5,7
PIB a preços de mercado		-2,7	-2,5	0,0	0,4	1,4

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota (1): Taxa trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

1.2. Nível de atividade econômica

O Índice de Atividade Econômica para o Brasil (IBC-Br) variou 0,43% no acumulado dos nove primeiros meses de 2017, conforme dados do Banco Central (BACEN). Em 12 meses, referido indicador declinou 0,65%, conforme especificado na Tabela 2.

Três regiões brasileiras apresentaram crescimento nos seus respectivos índices de atividades econômicas nos nove primeiros meses de 2017: Norte (+3,15%), Sul (+2,44%); e Centro-Oeste (+1,73%). Por outro lado, Nordeste (-0,16%) e Sudeste (-0,75%) continuaram a registrar declínios.

Tabela 2 - Índice de atividade econômica - Brasil e regiões ⁽¹⁾ - Em %

Nível geográfico	Variação % no ano	Variação % em 12 meses
Brasil	0,43	-0,65
Norte	3,15	2,32
Nordeste	-0,16	-0,91
Centro-Oeste	1,73	0,72
Sudeste	-0,75	-1,56
Sul	2,44	1,22

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CONAB. Nota: (1) O indicador nacional (IBC-Br) considera o valor adicionado e os impostos, enquanto que os indicadores regionais (IBCR) incluem apenas o valor adicionado.

No Ceará, o índice de atividade econômica caiu 0,45% no acumulado de 2017 (Tabela 3). Após registrar forte declínio na safra 2016, a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas cearense deverá crescer 138% no corrente ano. A indústria cearense tem registrado leve crescimento, com aceleração de 1,6% nos nove primeiros meses de 2017, com seis dos onze ramos investigados apresentando elevação na produção. As principais contribuições positivas foram assinaladas em metalurgia (55,5%) e de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (6,8%). Os resultados negativos no Ceará têm sido influenciados pelo desempenho do setor de serviços. A variação do volume de serviços cearense declinou 5,1% no acumulado de janeiro a setembro de 2017. Além disso, o comércio varejista cearense recuou 3,0% enquanto que o varejo ampliado obteve acréscimo de 0,4%.

Em Pernambuco, o índice de atividade cresceu 0,23%, no acumulado de 2017 (Tabela 3). Após registrar expressivo declínio na safra passada, a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas deverá aumentar 452% em Pernambuco no corrente ano. A produção industrial pernambucana apresentou leve retração (-0,1%) no cumulado de janeiro a setembro de 2017, com 8 das 12 atividades anotando queda na produção. Os principais impactos negativos ocorreram em minerais não metálicos (-15,6%) e produtos alimentícios (-3,2%). O setor de serviços pernambucano encolheu 5,6% no

acumulado de janeiro a setembro de 2017, em razão da queda de serviços profissionais, administrativos e complementares (-10,9%), além de transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (-10,3%). Por outro lado, os serviços prestados às famílias aumentaram 12,5% nessa base de comparação. Ainda em Pernambuco, o comércio varejista (+4,8%) e o ampliado (+3,9%) apresentaram recuperação no acumulado de janeiro a setembro de 2017. Destacaram-se as vendas de materiais para escritório (+51,8%), tecidos, vestuários e calçados (+17,1%), móveis e eletrodomésticos (+16,4%), além de veículos, motocicletas, partes e peças (+6,7%).

O índice de atividade da Bahia (+0,30%) apresentou leve avanço em 2017 (Tabela 3). A produção de cereais, oleaginosas e leguminosas deverá crescer 47,0% nesse Estado no corrente ano. Por sua vez, o setor industrial baiano declinou 2,9% no acumulado de janeiro a setembro de 2017, conforme o IBGE. O setor de serviços baiano declinou 5,3% no acumulado dos nove primeiros meses de 2017, tendo os serviços prestados às famílias recuado 2,0% e os serviços profissionais encolhido 16,9% no mesmo período. O comércio varejista baiano recuou 1,4% no acumulado de janeiro a setembro do corrente ano, enquanto que o varejo ampliado cresceu 0,2%, com destaque para as oscilações positivas de material de construção (+4,2%) e veículos, motocicletas, partes e peças (+2,9%).

O índice de atividade econômica recuou em Minas Gerais (- 0,36%) no acumulado de 2017 (Tabela 3). A produção de cereais, oleaginosas e leguminosas deverá crescer 21,3% em 2017. No acumulado dos nove primeiros meses de 2017, a indústria mineira expandiu 1,6%, o comércio varejista ampliado cresceu 0,3%, enquanto que os serviços recuaram 3,1%.

O índice de atividade do Espírito Santo (+0,94%) registrou pequeno avanço no acumulado de 2017

(Tabela 3). A produção de cereais, oleaginosas e leguminosas deverá aumentar 1,1% no corrente ano. No acumulado dos nove primeiros meses de 2017, a indústria desse Estado expandiu 3,0%, o comércio varejista ampliado incrementou 4,5%, enquanto que os serviços recuaram 1,3%.

Tabela 3 - Índice de Atividade Econômica - Estados selecionados - Em %

Estado	Variação % no ano	Variação % em 12 meses
Bahia	0,3	-0,85
Ceará	-0,45	-1,29
Pernambuco	0,23	-0,48
Espírito Santo	0,94	-0,11
Minas Gerais	-0,36	-0,83

2. Agropecuária

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a estimativa de produção de grãos para a safra 2017/2018 deverá variar de 224,2 milhões de toneladas a 228,2 milhões de toneladas. Isto implica a redução na faixa de 6% a 4,3% (-14,3 milhões a -10,3 milhões de toneladas) sobre a produção de grãos 2016/2017, encerrada em 238,5 milhões de toneladas (Tabela 1).

Milho e soja devem corresponder a 89% da produção total de grãos do Brasil. Em termos de área total plantada, a previsão está na faixa de 60,9 milhões a 62 milhões de hectares, indicando manutenção ou aumento em 1,8% sobre a área da última safra (+1,12 milhão de hectares), em razão de aumentos previstos nas áreas de algodão e de soja (Tabela 2). Com a queda na produção, a produtividade nacional de grãos também deve se reduzir em torno de 6%, de 3,91 t/hectare para 3,75 t/hectare (Tabela 3).

O declínio de produção se deve ao fato da safra anterior ter sido excepcional, pelas boas condições climáticas no País, enquanto a atual se situa na faixa dos anos anteriores com condições normais. No entanto, alguns fatores externos, como a produção recorde de soja dos Estados Unidos, o avanço da colheita do milho na América Latina e os estoques globais elevados dessas

duas *commodities* têm pressionado os preços internacionais para baixo. No caso do algodão, os preços internacionais já vinham baixos desde 2011, com os estoques altos por conta das compras chinesas, mas em 2016 o consumo mundial passou a superar a produção e a perspectiva é de recuperação dos preços. Esses movimentos influenciam as intenções de plantio de grãos no Brasil.

Em termos de produção nacional, a de caroço de algodão, que na safra anterior foi de 2,3 milhões de toneladas, deve aumentar entre 4,8% e 14,6% (para 2,4 milhões a 2,6 milhões de toneladas). Numa tendência contrária, devem se reduzir a produção de: arroz (entre -4,7 e -3,8%); feijão (-2,8% a -1,6%); milho (-5,7% a -4,3%) e soja (-7,1% a -5,1%) (Tabelas 4, 5 e 6).

A região Nordeste, que teve condições climáticas favoráveis na safra 2016/2017 (ao contrário do que ocorreu em 2015/2016), deve reduzir sua produção de grãos entre -6,8% a -4,1%, percentuais próximos aos nacionais, com previsão de queda de 18,2 milhões de toneladas para algo entre 16,9 milhões e 17,4 milhões. Apesar da queda na produção, há previsão de aumento de área, entre 0,7% a 3,2% (de 7,8 milhões de hectares para 7,9 a 8,1 milhões de hectares).

Tabela 1 - Produção agrícola ⁽¹⁾

Região/Estado/País	Produção (mil t)				
	Safra 2016/17 (a)	Safra 2017/18 Linf (b)	Safra 2017/18 Lsup (c)	Var% (b/a)	Var% (c/a)
Norte	9.527,5	9.337,7	9.627,2	-2,0	1,0
Nordeste	18.180,3	16.939,9	17.437,8	-6,8	-4,1
Maranhão	4.790,7	4.606,2	4.653,2	-3,9	-2,9
Piauí	3.645,5	3.107,9	3.162,6	-14,7	-13,2
Ceará	550,4	467,2	467,2	-15,1	-15,1
Rio Grande do Norte	28,8	30,7	30,7	6,6	6,6
Paraíba	70,5	67,9	67,9	-3,7	-3,7
Pernambuco	113,4	131,6	131,6	16,0	16,0
Alagoas	63,3	60,4	60,4	-4,6	-4,6
Sergipe	836,6	641,7	641,7	-23,3	-23,3
Bahia	8.081,1	7.826,3	8.222,5	-3,2	1,7
Centro-Oeste	103.462,0	99.142,2	100.487,0	-4,2	-2,9
Sudeste	23.152,6	21.820,7	22.557,3	-5,8	-2,6
Sul	84.184,4	76.934,0	78.100,5	-8,6	-7,2
Norte/Nordeste	27.707,8	26.277,6	27.065,0	-5,2	-2,3
Centro/Sul	210.799,0	197.896,9	201.144,8	-6,1	-4,6
Brasil	238.506,8	224.174,5	228.209,8	-6,0	-4,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CONAB.

Nota: (1) Estimativa em outubro/2017. Produtos: Caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale. Linf – Limite inferior da previsão; Lsup – Limite superior da previsão.

Tabela 2 - Comparativo de área - Produtos selecionados ⁽¹⁾

Região/Estado/País	Área (mil hectares)				
	Safra 2016/17 (a)	Safra 2017/18 Linf (b)	Safra 2017/18 Lsup (c)	Var % (b/a)	Var % (c/a)
Norte	2.934,9	2.952,2	3.047,2	0,6	3,8
Nordeste	7.852,4	7.909,6	8.103,8	0,7	3,2
Maranhão	1.565,3	1.581,7	1.598,2	1,0	2,1
Piauí	1.476,8	1.471,2	1.493,4	-0,4	1,1
Ceará	932,0	932,0	932,0	0,0	0,0
Rio Grande do Norte	67,6	67,6	67,6	0,0	0,0
Paraíba	179,5	179,5	179,5	0,0	0,0
Pernambuco	344,3	344,3	344,3	0,0	0,0
Alagoas	80,1	80,1	80,1	0,0	0,0
Sergipe	193,0	193,0	193,0	0,0	0,0
Bahia	3.013,8	3.060,2	3.215,7	1,5	6,7
Centro-Oeste	24.963,6	25.039,0	25.459,3	0,3	2,0
Sudeste	5.486,0	5.430,4	5.611,9	-1,0	2,3
Sul	19.653,8	19.556,7	19.793,9	-0,5	0,7
Norte/Nordeste	10.787,3	10.861,8	11.151,0	0,7	3,4
Centro/Sul	50.103,4	50.026,1	50.865,1	-0,2	1,5
Brasil	60.890,7	60.887,9	62.016,1	0,0	1,8

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CONAB.

Nota: (1) Estimativa em outubro/2017. Produtos: Carço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale. Linf – Limite inferior da previsão; Lsup – Limite superior da previsão.

A produtividade deve cair numa proporção um pouco mais alta, entre 7,5% a 7,1% (de 2,31 t/hectare para 2,14 t/hectare) (Tabela 3). A perspectiva atual para a Região com relação aos fenômenos *El Niño/La Niña* é a de

neutralidade a um fenômeno *La Niña* fraco, de curta duração, com chuvas dentro da normalidade climatológica, o que pode trazer uma boa safra, mas com redução da produção em relação à anterior.

Tabela 3 - Comparativo de produtividade – Produtos selecionados ⁽¹⁾

Região/Estado/País	Produtividade (kg/hectare)				
	Safra 2016/17 (d)	Safra 2017/2018 Linf (e)	Safra 2017/2018 Lsup (f)	Var % (e/d)	Var% (f/d)
Norte	3.246	3.163	3.159	-2,6	-2,7
Nordeste	2.315	2.142	2.152	-7,5	-7,1
Maranhão	3.061	2.912	2.912	-4,8	-4,9
Piauí	2.469	2.112	2.118	-14,4	-14,2
Ceará	591	501	501	-15,1	-15,1
Rio Grande do Norte	426	454	454	6,6	6,6
Paraíba	393	378	378	-3,7	-3,7
Pernambuco	329	382	382	16,0	16,0
Alagoas	790	754	754	-4,6	-4,6
Sergipe	4.335	3.325	3.325	-23,3	-23,3
Bahia	2.681	2.557	2.557	-4,6	-4,6
Centro-Oeste	4.145	3.953	3.947	-4,6	-4,8
Sudeste	4.220	4.019	4.020	-4,8	-4,8
Sul	4.283	3.940	3.946	-8,0	-7,9
Norte/Nordeste	2.569	2.423	2.427	-5,7	-5,5
Centro/Sul	4.207	3.955	3.954	-6,0	-6,0
Brasil	3.917	3.681	3.680	-6,0	-6,1

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CONAB.

Nota: (1) Estimativa em outubro/2017. Produtos: Carço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale. Linf – Limite inferior da previsão; Lsup – Limite superior da previsão.

Entre os maiores estados produtores de grãos no Nordeste, nesta ordem, Bahia, Maranhão e Piauí, somente o primeiro pode vir a ter elevação de produção em 2017/2018 (de 8,1 milhões de toneladas para 7,8 ou 8,2 milhões de toneladas, -3,2% a 1,7%). Para o Maranhão, há previsão de redução, de 4,8 milhões de toneladas para 4,6 a 4,65 milhões de toneladas (-3,9% a -2,9%). No Piauí, ocorre a maior redução prevista, de 3,64 milhões para 3,1 a 3,16 milhões de toneladas (-14,7% a -13,2%).

Em termos das principais culturas de grãos, a Região continua sendo a segunda maior produtora nacional de caroço de algodão. O aumento previsto na faixa de 11,5% a 22% na produção nordestina (de 584,6 mil toneladas para algo entre 652 mil a 713,5 mil toneladas) ocorre principalmente em função do aumento de área (que deve ficar entre 19% e 30%), em razão dos melhores preços alcançados no último ano-safra, mas a produtividade deve se reduzir em 6,3%. Bahia, o maior produtor regional e o segundo nacional, deverá ter aumento na área cultivada, de 201,6 mil para algo entre 245,6 mil e 271,4 mil hectares, com a produção devendo crescer entre 12% e 24% em relação à safra 2016/2017, puxados principalmente pelos bons resultados da última colheita e ao otimismo gerado na cadeia produtiva. A produção de Maranhão e Piauí, também de cerrado, deve crescer em torno de 5% e 10%, respectivamente (Tabela 4).

A produção de **arroz** no Nordeste deve se reduzir, entre -4,7% e -3,8%, de 437,3 mil para algo entre 367,9 mil a 368,5 mil toneladas, mantendo-a ainda no quarto posto nacional, atrás de Sul, Norte e Centro-Oeste (Tabela 4). 78% da produção nordestina deverá ser de sequeiro, redução de 1% em relação ao ano-safra anterior, ao contrário de Norte, Sul e Sudeste, onde o arroz irrigado representa pelo menos dois terços do total da produção. O Maranhão, maior produtor nordestino, é o quinto nacional, com previsão de redução na produção e produtividade (ambas em -13,2%) e manutenção da área (cerca de 142 mil hectares), resultado da opção dos agricultores por culturas mais rentáveis. No Piauí, segundo maior produtor regional e décimo nacional, a produção deve se reduzir em 29,3%, de 106,2 mil toneladas para 75,1 mil toneladas, com manutenção da área em 65,2 mil hectares.

O Nordeste também é o quarto maior produtor nacional de feijão, com previsão de produção na faixa de 609,5 mil a 621,6 mil toneladas, -10,2% a -8,5% em relação à safra 2016/2017, que fechou em 679,1 mil toneladas (Tabela

5). Deverá haver redução também de área (-1,8% a -0,4%, de 1,54 milhão para 1,51 milhão de hectares) e de produtividade regionais (-8,4%, de 439 kg/ha. para 403 kg/ha.), depois da alta da safra passada, ocorrida pelas boas condições climáticas. O Nordeste continua com a maior área cultivada e a menor produtividade na cultura de feijão no País, devido ao baixo emprego de tecnologia e de profissionalização do produtor rural. A Bahia é o quinto produtor nacional e maior da Região, com produção prevista de 269,1 mil a 281,2 mil toneladas, -10,4% a -6,4% em relação ao ano-safra anterior, com previsão também de redução de área entre 6% e 1,3% e de produtividade, em -4,9%.

A produção nordestina de milho, a quarta maior do Brasil, deve ficar na faixa entre 6,15 milhões e 6,24 milhões de toneladas, -7,6% a -6,2% em relação à safra passada, que foi de 6,65 milhões de toneladas (Tabela 5). A Bahia é o maior produtor regional e o nono nacional, e o único dos maiores produtores nordestinos com expectativa de aumento na produção, de 1,98 milhões de toneladas para 1,99 milhão a 2,06 milhões de toneladas, apesar da redução de área prevista entre 2% e 5%, devido à instabilidade nas cotações, que deve levar os produtores a apostar mais na soja e no algodão. No Maranhão, o segundo maior produtor regional, o cultivo ainda não começou e as áreas mais mecanizadas já estão em fase de preparo do solo, com previsão de redução da produção de 1,95 milhão para 1,89 milhão de toneladas (-2,8%). Uma redução maior é esperada no Piauí, caindo de 1,38 milhão para a faixa de 1,17 a 1,19 milhão de toneladas (-15,5% a -14,1%), devido às condições do mercado.

O carro-chefe da produção de grãos nacional é a soja, da qual o Nordeste é a terceira maior região produtora, com previsão de redução na produção, de 9,6 milhões para 8,9 milhões a 9,3 milhões de toneladas produzidas (-6,8% a -3,4%) (Tabela 6), apesar do aumento na área entre 2,7% a 6,4% (de 3,09 milhões para a faixa de 3,18 a 3,29 milhões de hectares). A Bahia é o maior produtor regional e sexto nacional, com previsão de redução de produção de 5,12 milhões para a faixa de 4,83 milhões a 5,07 milhões de toneladas (-5,7% a -1%), apesar do aumento de área que deve ir de 3,9% a 9,1%, em razão dos bons resultados da safra 2016/2017. No Maranhão, o segundo maior produtor regional e décimo nacional, também deve haver aumento de área plantada, entre 2% e 4% (de 821 mil para 838 a 854 mil hectares), e redução na produção entre 3,6% e 1,7% (de 2,47 milhões para algo entre 2,38 milhões e 2,43 milhões de toneladas).

Tabela 4 - Comparativo de produção de grãos selecionados, por região, estados selecionados e Brasil - Em mil toneladas

Região/UF/País	Caroço de Algodão (mil t)			Var% (b/a)	Var% (c/a)	Arroz (mil t)			Var% (b/a)	Var% (c/a)
	2016/2017 (a)	2017/2018 (Linf) (b)	2017/2018 (Lsup) (c)			2016/2017 (a)	2017/2018 (Linf) (b)	2017/2018 (Lsup) (c)		
Norte	15,7	15,5	16,8	-1,3	7,0	1.085,8	1.055,9	1.102,0	-2,8	1,5
Nordeste	584,6	652,0	713,5	11,5	22,0	437,3	367,9	368,5	-15,9	-15,7
Maranhão	52,9	55,6	55,6	5,1	5,1	255,9	222,0	222,0	-13,2	-13,2
Piauí	11,2	12,3	12,3	9,8	9,8	106,2	75,1	75,1	-29,3	-29,3
Ceará	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	9,7	10,7	10,7	10,3	10,3
Rio Grande do Norte	0,8	0,9	0,9	12,5	12,5	3,8	3,3	3,3	-13,2	-13,2
Paraíba	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,8	0,7	0,7	-12,5	-12,5
Pernambuco	-	-	-	-	-	0,8	1,1	1,1	37,5	37,5
Alagoas	-	-	-	-	-	17,4	16,2	16,2	-6,9	-6,9
Sergipe	-	-	-	-	-	35,4	33,5	33,5	-5,4	-5,4
Bahia	519,3	582,8	644,3	12,2	24,1	7,3	5,3	5,9	-27,4	-19,2
Centro-Oeste	1.656,6	1.684,8	1.842,2	1,7	11,2	732,3	653,4	701,4	-10,8	-4,2
Sudeste	41,4	57,1	60,7	37,9	46,6	54,7	54,5	54,5	-0,4	-0,4
Sul	-	-	-	-	-	10.017,7	9.620,8	9.631,0	-4,0	-3,9
Brasil	2.298,3	2.409,4	2.633,2	4,8	14,6	12.327,8	11.752,5	11.857,4	-4,7	-3,8

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CONAB.

Nota: (1) Estimativa em outubro/2017. Linf – Limite inferior da previsão; Lsup – Limite superior da previsão.

Tabela 5 - Comparativo de produção de grãos selecionados, por região, estados selecionados e Brasil - Em mil toneladas

Região/UF/ País	Feijão (mil t)			Var% (b/a)	Var% (c/a)	Milho (mil t)			Var% (b/a)	Var% (c/a)
	2016/2017 (a)	2017/2018 (Linf) (b)	2017/2018 (Lsup) (c)			2016/2017 (a)	2017/2018 (Linf) (b)	2017/2018 (Lsup) (c)		
Norte	130,6	108,1	108,4	-17,2	-17,0	2.702,1	2.683,8	2.695,5	-0,7	-0,2
Nordeste	679,1	609,5	621,6	-10,2	-8,5	6.655,5	6.149,8	6.243,5	-7,6	-6,2
Maranhão	56,7	45,6	45,6	-19,6	-19,6	1.951,9	1.897,8	1.897,8	-2,8	-2,8
Piauí	70,3	53,8	53,8	-23,5	-23,5	1.386,3	1.171,9	1.191,5	-15,5	-14,1
Ceará	118,8	111,4	111,4	-6,2	-6,2	418,9	342,3	342,3	-18,3	-18,3
Rio Grande do Norte	12,4	12,2	12,2	-1,6	-1,6	10,2	13,2	13,2	29,4	29,4
Paraíba	28,4	25,5	25,5	-10,2	-10,2	38,6	40,0	40,0	3,6	3,6
Pernambuco	58,0	63,6	63,6	9,7	9,7	54,6	66,9	66,9	22,5	22,5
Alagoas	20,8	18,0	18,0	-13,5	-13,5	25,1	26,2	26,2	4,4	4,4
Sergipe	13,2	10,3	10,3	-22,0	-22,0	786,2	596,3	596,3	-24,2	-24,2
Bahia	300,5	269,1	281,2	-10,4	-6,4	1.983,7	1.995,2	2.069,3	0,6	4,3
Centro-Oeste	836,5	828,8	834,7	-0,9	-0,2	48.873,7	47.905,2	48.076,3	-2,0	-1,6
Sudeste	810,6	806,3	825,2	-0,5	1,8	12.447,9	11.882,7	12.266,6	-4,5	-1,5
Sul	942,7	951,8	955,6	1,0	1,4	27.137,8	23.574,1	24.322,1	-13,1	-10,4
Brasil	3.399,5	3.304,5	3.345,5	-2,8	-1,6	97.817,0	92.195,6	93.604,0	-5,7	-4,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CONAB.

Nota: (1) Estimativa em outubro/2017. Linf – Limite inferior da previsão; Lsup – Limite superior da previsão.

Tabela 6 – Comparativo de produção de grãos selecionados, por região, Estados selecionados e Brasil
Em mil toneladas

Região/UF/País	Soja (mil t)			Var% (b/a)	Var% (c/a)
	2016/2017 (a)	2017/2018 (Linf) (b)	2017/2018 (Lsup) (c)		
Norte	5.536,4	5.420,4	5.650,5	-2,1	2,1
Nordeste	9.644,7	8.988,7	9.312,7	-6,8	-3,4
Maranhão	2.473,3	2.385,2	2.432,2	-3,6	-1,7
Piauí	2.048,1	1.771,4	1.806,5	-13,5	-11,8
Bahia	5.123,3	4.832,1	5.074,0	-5,7	-1,0
Centro-Oeste	50.149,9	46.868,5	47.830,9	-6,5	-4,6
Sudeste	8.151,5	7.431,8	7.760,5	-8,8	-4,8
Sul	40.592,8	37.298,4	37.702,9	-8,1	-7,1
Brasil	114.075,3	106.007,8	108.257,5	-7,1	-5,1

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CONAB.

Nota: (1) Estimativa em outubro/2017. Linf – Limite inferior da previsão; Lsup – Limite superior da previsão.

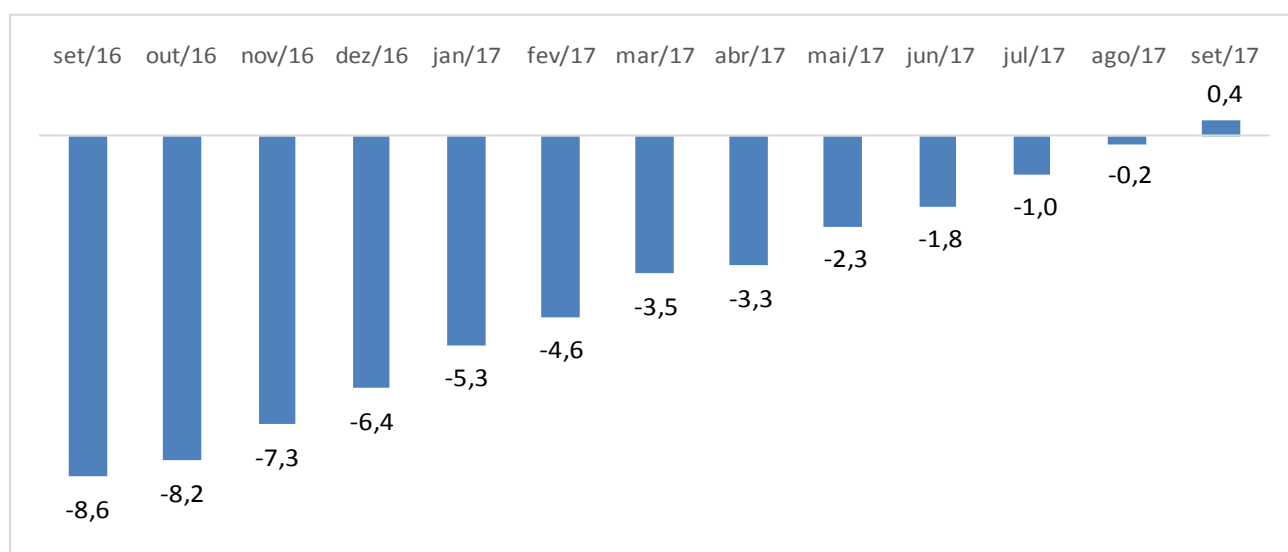
3. Indústria

O nível de produção da indústria nacional, em setembro de 2017, apresentou elevação em praticamente todas as bases de comparação: frente ao mês anterior (+0,2%); comparado a setembro de 2016 (+2,6%); para o terceiro trimestre deste ano (3,1%) e em relação ao acumulado de janeiro a setembro (+1,6%), ambos ante iguais períodos de 2016; bem como na taxa acumulada dos últimos 12 meses até setembro (+0,4%), frente a igual período anterior (taxa anualizada). Os dados são da Pesquisa

Industrial Mensal: Produção Física - Brasil (PIM-PF/BR) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Gráfico 1 mostra que a produção industrial que vinha caindo menos desde junho de 2016 (-9,7%), conforme a taxa de crescimento para o período acumulado de 12 meses, atingiu uma variação positiva neste setembro de 2017 (+0,4%), fato que não acontecia desde maio de 2014.(0,3%).

Gráfico 1 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial - Brasil - set/2016 a set/2017 - Acumulado dos últimos 12 meses (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB / ETENE, com dados do IBGE.

Contudo, cabe destacar que, apesar deste resultado, se está distante de uma situação de crescimento, mas de busca de recuperação das perdas, tendo em vista a retraída base de comparação: a taxa anualizada de setembro de 2016 foi de -8,9%. Por outro ângulo, o nível de produção referente ao mês de setembro de 2017 ainda se encontra 17,4% abaixo do nível recorde alcançado em junho de 2013.

Entre as grandes categorias econômicas (Gráfico 2), a observação da evolução da taxa anualizada, durante o período de janeiro a setembro de 2017, aponta para uma sequência de melhoria nos resultados, tendo alcançado taxas positivas tanto no setor de bens de capital (3,9%) quanto no de bens de consumo duráveis (8,9%).

Para o mesmo período, o setor de bens intermediários também registra trajetória de elevação das taxas anualizadas, mas ainda não suficiente para atingir crescimento produtivo em setembro de 2017 (-0,3%).

Os índices acumulados do segmento de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, em geral, oscilaram ao

longo do primeiro semestre de 2017, com relativa manutenção do ritmo de perdas, mas vêm melhorando entre junho (-2,8%) e setembro (-1,1%) de 2017 (Gráfico 2).

Conforme mencionado, os sinais de maior dinamismo do setor industrial e, de forma específica, das grandes categorias econômicas, devem ser relativizados tendo em vista que ocorrem sobre bases de comparação bastante retraídas.

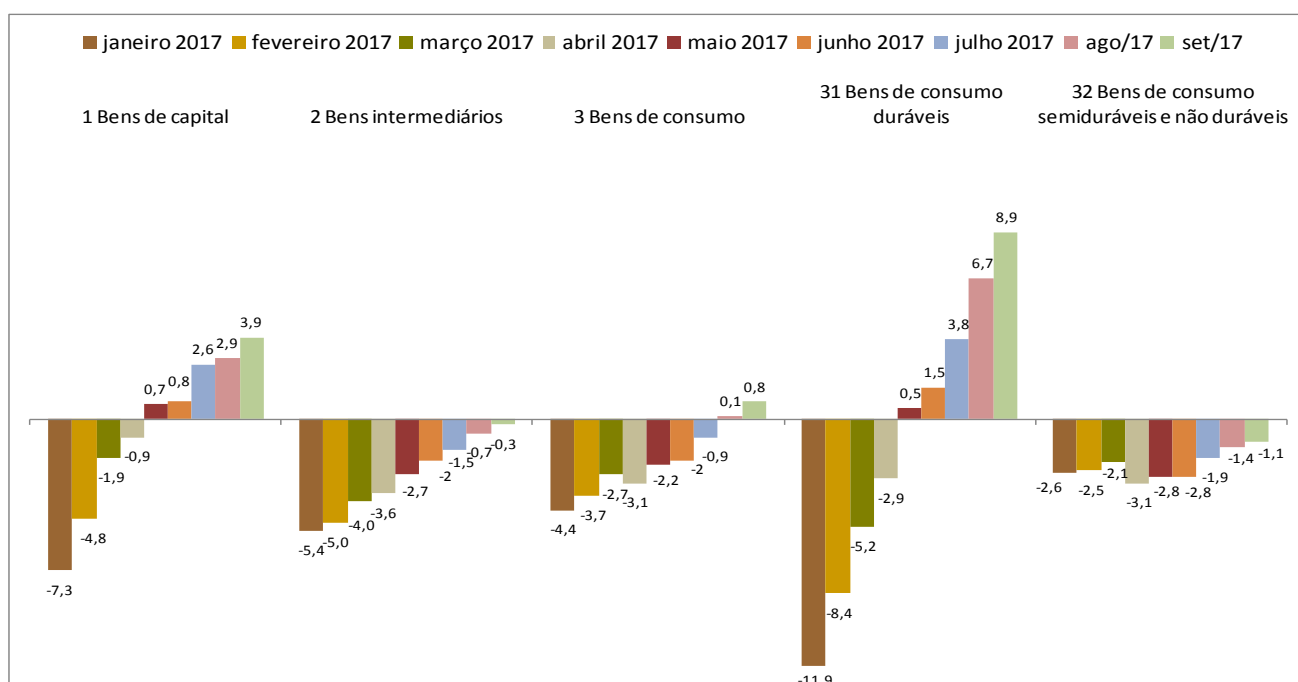
Por exemplo, no caso dos bens de capital, a elevação de 3,9% na taxa anualizada de setembro de 2017, se deu após uma forte redução na taxa anualizada referente a setembro de 2016 (-19,2%). No caso dos bens de consumo duráveis, o crescimento mais robusto de 8,9% (no acumulado de 12 meses terminados em setembro de 2017) ocorreu sobre uma retração de -21,2% na taxa acumulada referente a setembro de 2016. Estes dados revelam a defasagem entre o potencial produtivo do País e o atual nível de ociosidade da indústria nacional.

Dentre as diversas atividades industriais, 16 dos 26 ramos pesquisados tiveram resultados positivos na taxa anualizada de setembro de 2017. Os maiores impactos sobre a média nacional vieram da produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (+12,7%); indústrias extrativas (+4,6%); equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (+17,7%); confecções de artigos do vestuário e acessórios (+4,6%); celulose, papel e produtos de papel (+2,8%); metalurgia (+1,5%) e

produtos têxteis (+5,0%).

Assinalaram os principais resultados negativos: coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-6,7%); outros equipamentos de transporte (-15,3%); produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-9,0%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-6,8%) e produtos de minerais não-metálicos (-4,9%).

Gráfico 2 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial por grandes categorias econômicas (%) - Brasil - jan/2017 a set/2017 - Acumulado dos últimos 12 meses (Base: igual período anterior)

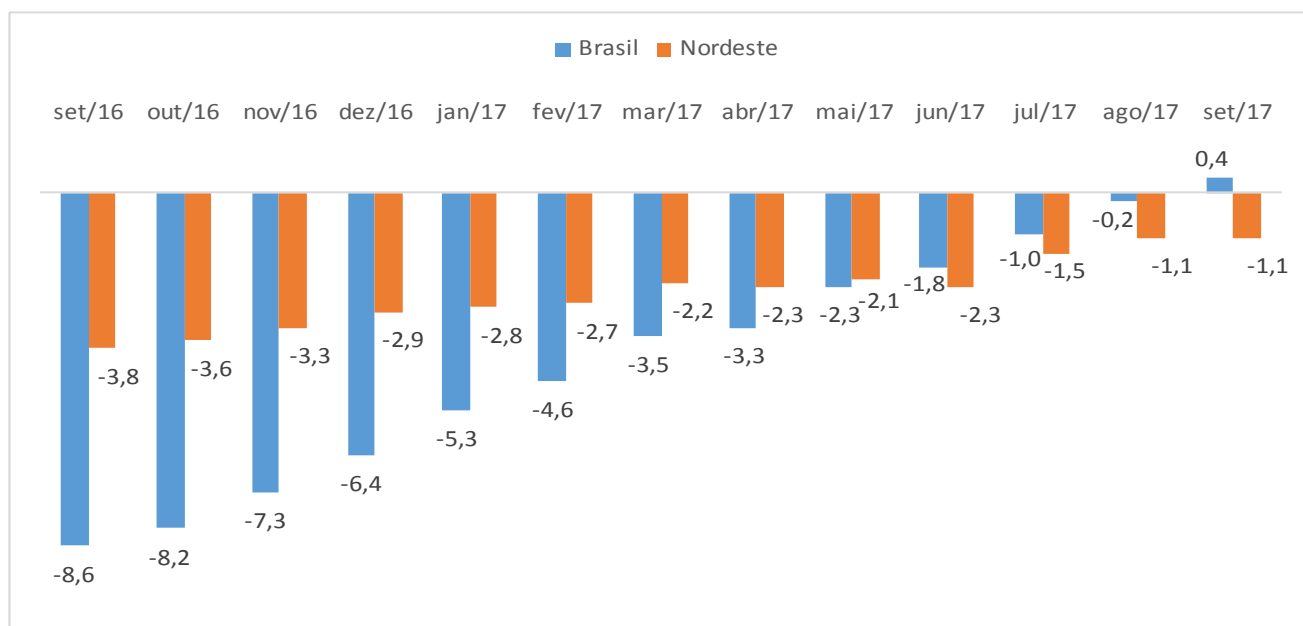


Fonte: Elaborado pelo BNB / ETENE, com dados do IBGE.

O nível de atividade industrial no Nordeste interrompeu dois meses consecutivos de elevação e recuou (-2,0%) em setembro, frente a agosto de 2017. Este resultado negativo se deu na contramão da média nacional que subiu 0,2%, no mesmo período. Na comparação com setembro de 2016, a indústria regional também apresentou redução (-1,3%), após duas taxas positivas consecutivas nesse tipo de confronto, em descompasso com o desempenho nacional positivo (+2,6%), conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O indicador acumulado de janeiro a setembro de 2017, frente a igual período do ano anterior, também foi mais favorável para o País (1,6%) do que para a **Região** (-0,9%). Este fato colaborou para que a taxa anualizada brasileira (crescimento acumulado dos últimos 12 meses, frente a igual período anterior) ficasse positiva em setembro (0,4%), pela primeira vez, desde maio de 2014 (0,3%). O desempenho da indústria nacional superou o regional, pelo quarto mês consecutivo, cuja taxa anualizada, no mês de setembro (-1,1%), não esboçou avanço frente ao mês de agosto (-1,1%), ainda registrando queda na produção (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Produção Industrial: taxa de crescimento acumulada nos últimos 12 meses (%) - Brasil e Nordeste - set/2016 a set/2017 (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

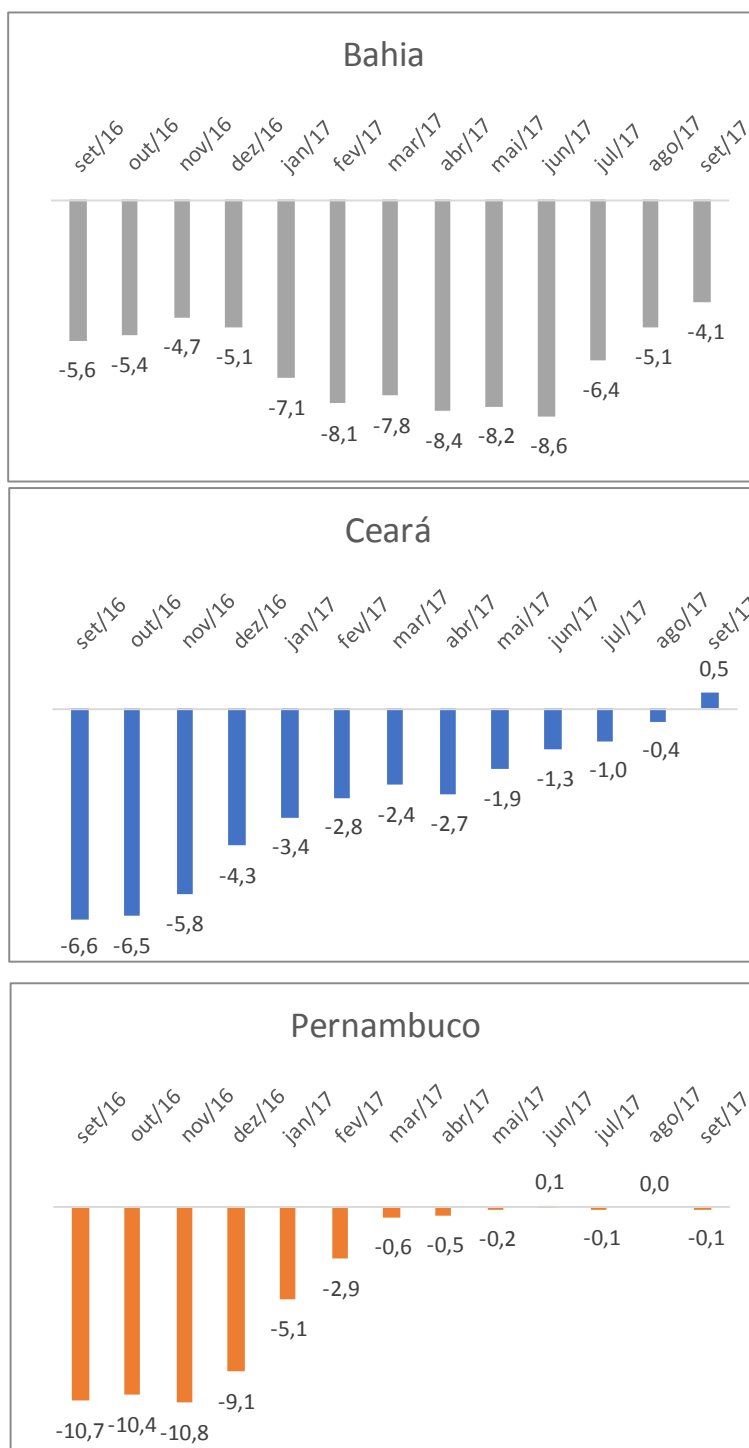
Dentre os estados da Região, divulgados pela pesquisa, o Ceará foi o único a registrar crescimento industrial, tanto no acumulado de janeiro a setembro (1,6%), quanto no período de 12 meses (0,5%). Conforme o Gráfico 4, este Estado vem melhorando seus resultados anualizados, de forma ininterrupta, desde abril de 2017 (-2,7%) e atingiu uma taxa positiva neste setembro (0,5%), pela primeira vez, após um intervalo de 3 anos, ou seja, desde setembro de 2014 (1,0%). No índice mensal de setembro (3,3%), bem como na análise trimestral de julho a setembro (3,3%), contra iguais períodos do ano anterior, a indústria cearense também assinalou aumento na produção.

A indústria Baiana apresentou comportamento irregular, em geral, com aceleração das perdas, durante todo o primeiro semestre de 2017. Desde julho (-6,4%), o índice que mede a produção acumulada em 12 meses (Gráfico 4) vem melhorando e, ao assinalar um recuo de -4,1%, em setembro, atingiu o melhor percentual do ano. As retrações nas taxas acumuladas ao longo de 2017,

também têm se mostrado mais amenas, de tal forma que o índice de janeiro a setembro recuou -2,9%, ante igual período de 2016. Contudo, o aumento na produção baiana já se faz presente no índice mensal (4,7%), terceira taxa positiva seguida, bem como no relativo ao terceiro trimestre (5,6%) que interrompeu cinco trimestres consecutivos de taxas negativas. Estes, frente a iguais períodos do ano anterior, apontam para melhores perspectivas na atividade industrial do Estado.

Nos primeiros meses de 2017, Pernambuco demonstrou acelerado ritmo de melhoria nas taxas anualizadas da produção industrial, mas parece ter perdido o fôlego. Há seis meses, de abril (-0,5%) a setembro (-0,1%), se mantém em certo nível de estabilidade, conforme se observa no Gráfico 4. Na verdade, praticamente todos os índices industriais pernambucanos referentes à setembro ficaram negativos: mensal (-4,1%); trimestral (-2,9%), e acumulado de janeiro à setembro (-0,1%), ante iguais períodos do ano anterior.

Gráfico 4 - Produção Industrial: taxa de crescimento acumulada dos últimos 12 meses (%) – Bahia, Ceará e Pernambuco – set/2016 a set/2017 (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo ETENE/BNB, com dados do IBGE.

No Nordeste, a taxa anualizada de setembro de 2017 (-1,1%) repercutiu a queda da produção em dez das quinze atividades pesquisadas, a exemplo de fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-9,6%); produtos de minerais não metálicos (-12,2%); metalurgia (-7,8%) e indústria extrativa (-4,1%). Registraram aumento, a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (+32,0%); confecção de artigos do vestuário e acessórios (+13,2%); preparação de couro e fabricação de artefatos, artigos para viagem e calçados (+4,1%); celulose, papel e

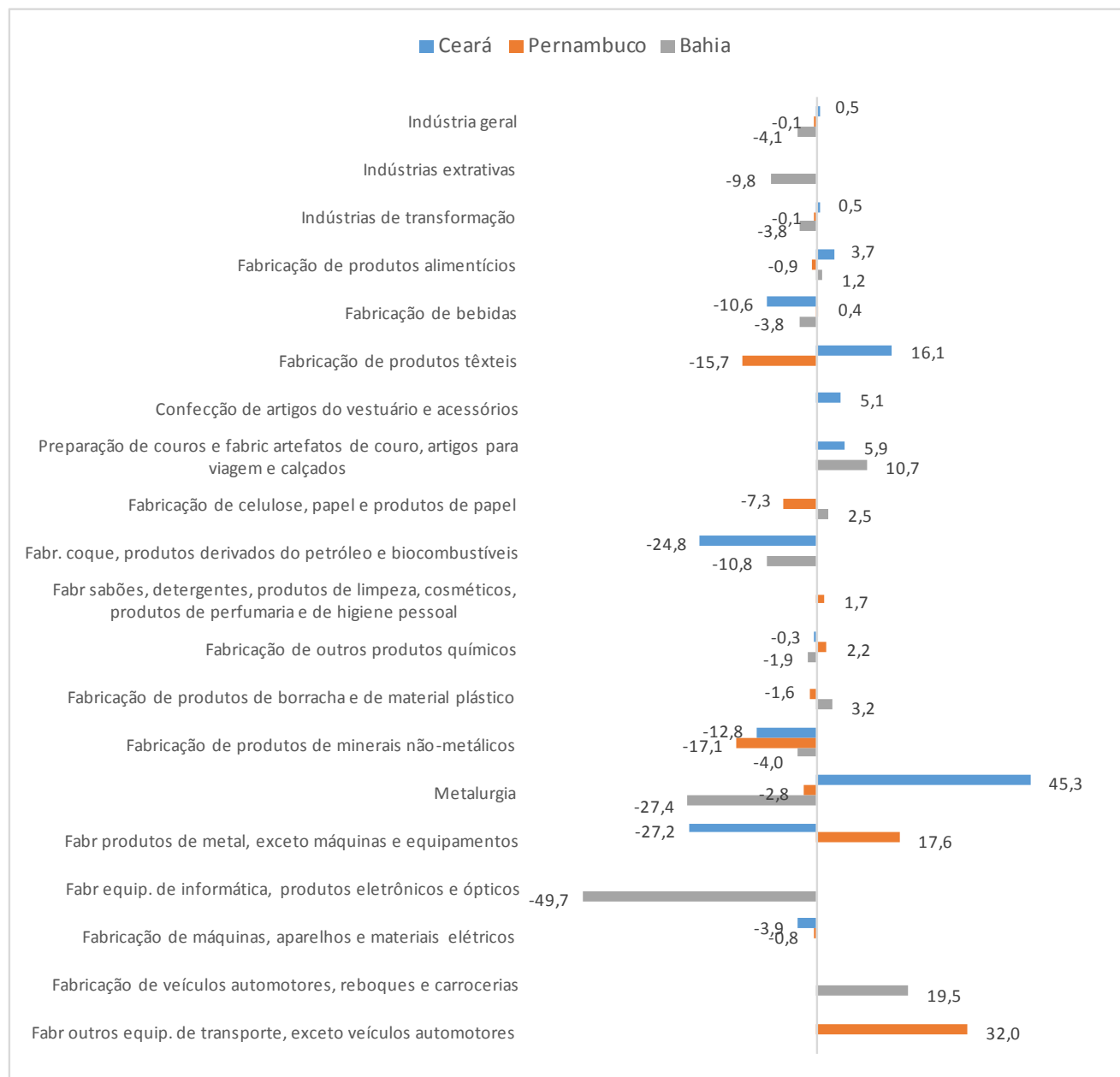
produtos de papel (3,9%) e produtos de borracha e material plástico (+1,2%).

A taxa anualizada no Ceará (0,5%) refletiu o crescimento em cinco das onze atividades pesquisadas no período (Gráfico 5): metalurgia (+45,3%); preparação de couro e fabricação de artefatos, artigos para viagem e calçados (+5,9%); produtos têxteis (+16,1%); produtos alimentícios (+3,7%) e confecção de artigos do vestuário e acessórios (+5,1%). celulose, papel e produtos de papel (2,5%), produtos de borracha e material plástico (3,2%) e produtos alimentícios (+1,2%).

Em Pernambuco (-0,1%), cinco das doze atividades assinalaram aumento na produção, com base na taxa anualizada (Gráfico 5): outros equipamentos de transporte (+32,0%); produtos de metal (+17,6%); outros produtos químicos (+2,2%); sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, perfumarias e higiene pessoal (+1,7%) e bebidas (+0,4%).

Na Bahia (-4,1%), dos doze setores pesquisados, cinco registraram aumento na produção, conforme taxa anualizada (Gráfico 5): veículos automotores, reboques e carrocerias (+19,5%); preparação de couro e fabricação de artefatos, artigos para viagem e calçados (+10,7%); celulose, papel e produtos de papel (2,5%), produtos de borracha e material plástico (3,2%) e produtos alimentícios (+1,2%).

Gráfico 5 - Produção Industrial por seções e atividades industriais: taxa de crescimento acumulada dos últimos 12 meses (%) Ceará, Pernambuco e Bahia – Setembro de 2017 (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

4. Serviços

Conforme o IBGE, o volume de serviços no País caiu 3,7% de janeiro a setembro de 2017 frente ao mesmo período de 2016, tendência iniciada em janeiro de 2015, como mostra o Gráfico 1.

No acumulado até setembro de 2017, todas as atividades de serviços declinaram no Brasil, em especial outros serviços (-9,7%), serviços profissionais (-8,0%) e serviços de informação e comunicação (-2,6%). Além disso, as subatividades do setor seguiram trajetória de queda, principalmente transporte aéreo (-18,3%), serviços técnico-profissionais (-14,6%) e serviços audiovisuais (-9,9%), como demonstra a Tabela 1.

Ocorreram quedas no volume de serviços em todas os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste nos primeiros nove meses de 2017. Alagoas (-3,2%), Minas Gerais (-3,1%), Piauí (-2,4%), Espírito Santo (-1,5%) e Rio Grande do Norte (-0,5%) apresentaram variação negativa nos seus respectivos volumes de serviços no acumulado do ano. Sergipe (-11,3%), Maranhão (-9,9%), Paraíba (-9,2%), Pernambuco (-5,6%), Bahia (-5,3%) e Ceará (-5,1%) apresentaram os piores resultados, inclusive abaixo da média nacional (-3,8%), como indica o Gráfico 2.

No Ceará, onde o decremento do setor foi de 5,1%, apenas serviços prestados às famílias (+7,1%) e transporte (+0,5%) apresentaram incremento de janeiro a setembro do ano corrente (Tabela 2). Por outro lado, na mesma base de comparação, a atividade de outros serviços apresentou o pior desempenho, acumulando um decréscimo de 26,4%, seguida de serviços de informação (-7,9%) e serviços profissionais (-3,3%).

Em Pernambuco, o volume de serviços declinou 5,6% no acumulado de 2017 (Gráfico 3). Serviços prestados às famílias (+12,5%) registrou o maior acréscimo nesse período, seguido de outros serviços (+1,2%). As atividades de serviços profissionais (-10,9%) e transporte (-10,3%) apresentaram os piores desempenhos no setor, sendo estas as maiores responsáveis pelo declínio superior à média nacional (Tabela 2).

Na Bahia, os serviços declinaram 5,3% de janeiro a setembro de 2017 (Gráfico 3) e, nesta base de comparação, com exceção de transporte (+1,2%), todos os outros subsetores declinaram: serviços profissionais (-16,9%) e outros serviços (-12,1%) registraram as maiores

retrações, de acordo com os dados da Tabela 2.

Em Minas Gerais, o declínio do setor foi de 3,1%. A atividade de serviços de informação (-10,4%) obteve a pior variação nos primeiros nove meses do ano, seguida de transporte (-3,3%), contrastando com os resultados de serviços prestados às famílias (+18,5%) e outros serviços (+13,1%), que amenizaram a queda no volume total (Tabela 2).

No Espírito Santo, o volume de serviços decresceu 1,5%. Os desempenhos mais favoráveis ficaram por conta de outros serviços (+15,5%), serviços de informação e comunicação (+5,1%) e transporte (+3,4%). Enquanto isso, serviços prestados às famílias (-11,3%) e profissionais (-7,0%) fizeram com que o setor se retraísse nesse Estado no acumulado de janeiro a setembro do corrente ano (Tabela 2).

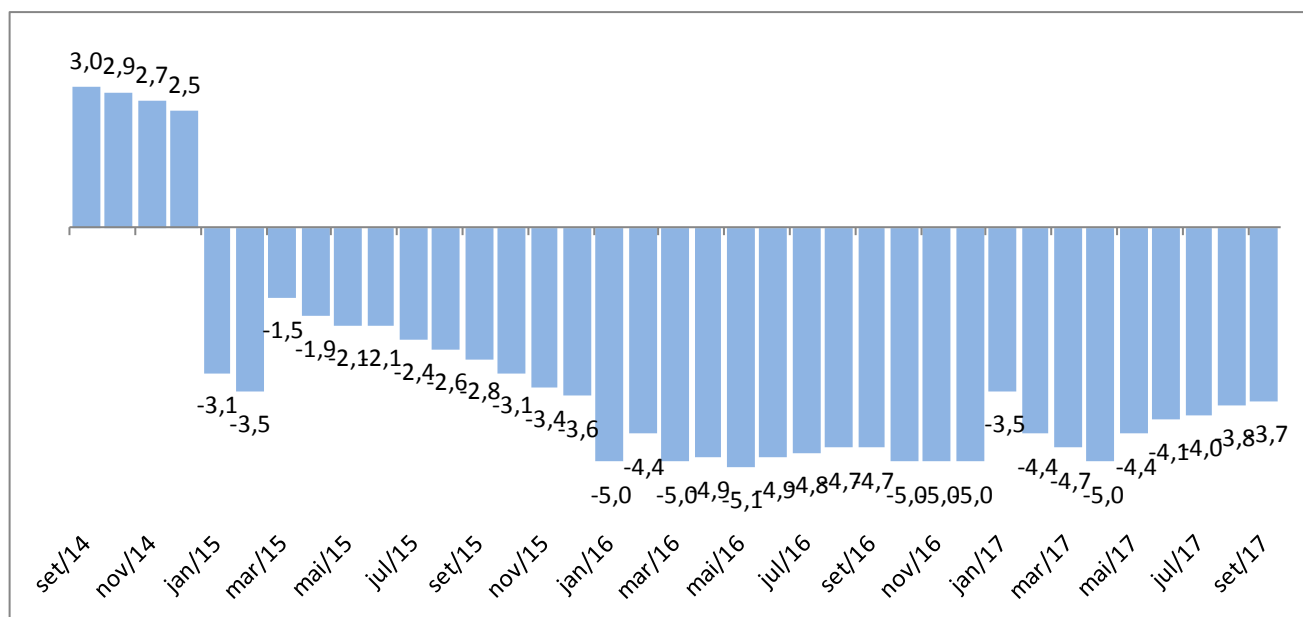
Em relação ao turismo, Pernambuco tem se consolidado como a unidade federativa da área de atuação do Banco do Nordeste com maior expansão dessa atividade (+7,4%) no acumulado de 2017 (Gráfico 4). Ainda nessa base de comparação, Bahia (+1,4%), Minas Gerais (+0,5%) e Ceará (+0,3%) também apresentaram variações positivas. Em contraposição, Espírito Santo (-6,9%), abaixo da média nacional (-6,5%), obteve o pior resultado dentre as unidades federativas analisadas no Gráfico 4.

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a pequena variação negativa de 0,3% no volume de serviços em setembro mostra certa estabilidade no setor. De acordo com a referida confederação, existem expectativas de se obter melhorias no segmento no final do corrente ano.

Ainda de acordo com a CNC, as famílias, principalmente as de maior renda, aumentaram seus gastos com serviços. Dados da Intenção de Consumo das Famílias, pesquisa realizada mensalmente pela CNC, confirmam que, entre famílias com renda até 10 salários mínimos, o indicador decresceu 0,7%, enquanto que no restante das famílias, houve acréscimo de 0,8%.

Vale ressaltar, contudo, que a retomada do setor de serviços depende essencialmente da recuperação da indústria, considerando o encadeamento das atividades industriais com o segmento terciário da economia.

Gráfico 1 - Variação % do volume de serviços no Brasil - Acumulado em 12 meses e no ano



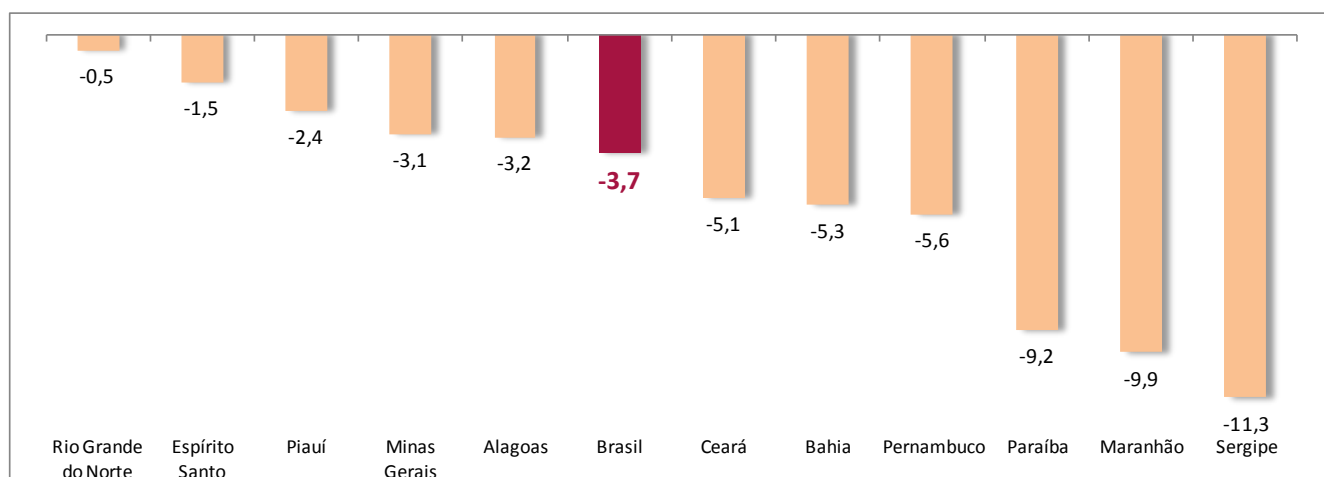
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 1 – Variação⁽¹⁾ % do volume de serviços no Brasil por atividade e subatividade - Acumulado em 2017

Atividades e subatividades	Var.%
Serviços prestados às famílias	-1,2
Serviços de alojamento e alimentação	-0,3
Outros serviços prestados às famílias	-6,1
Serviços de informação e comunicação	-2,6
Serviços de tecnologia de informação e comunicação (TIC)	-1,1
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-9,9
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-8,0
Serviços técnico-profissionais	-14,6
Serviços administrativos e complementares	-4,6
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	0,8
Transporte terrestre	-1,0
Transporte aquaviário	13,9
Transporte aéreo	-18,3
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	6,9
Outros serviços	-9,7
Total	-3,7

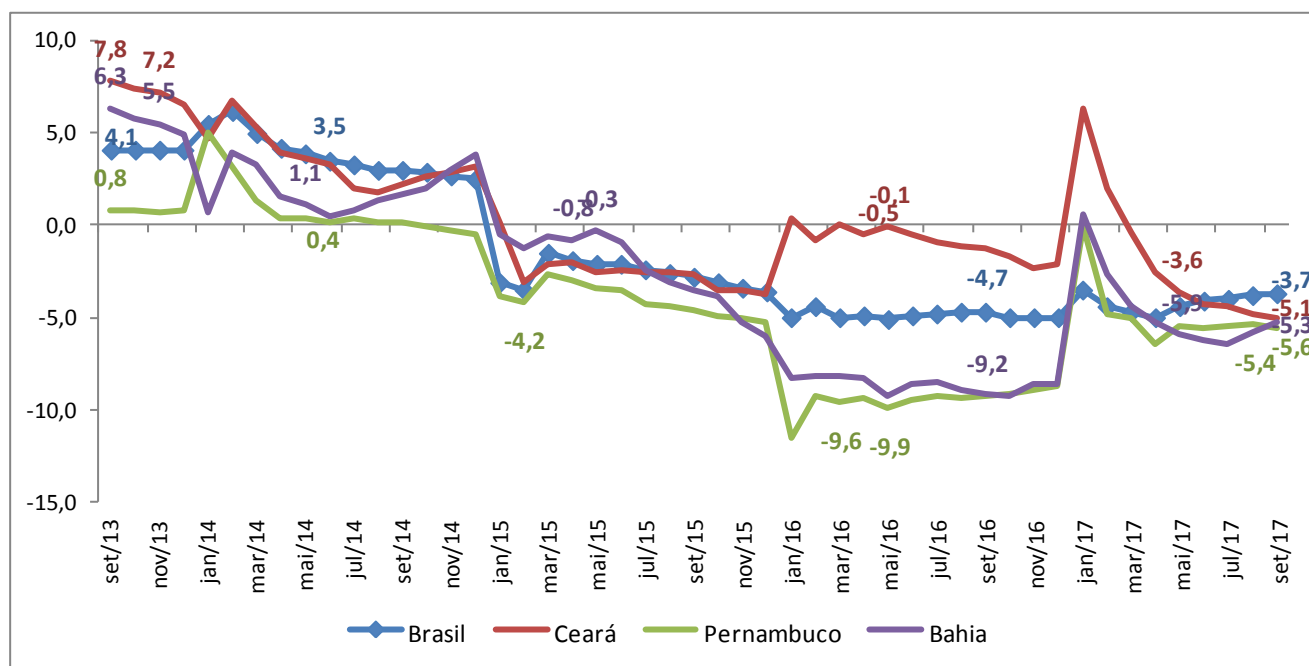
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2 – Variação⁽¹⁾ % do volume de serviços no Brasil e estados selecionados – Acumulado em 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 3 - Variação⁽¹⁾ % do volume de serviços no Brasil e estados selecionados- Acumulado no ano



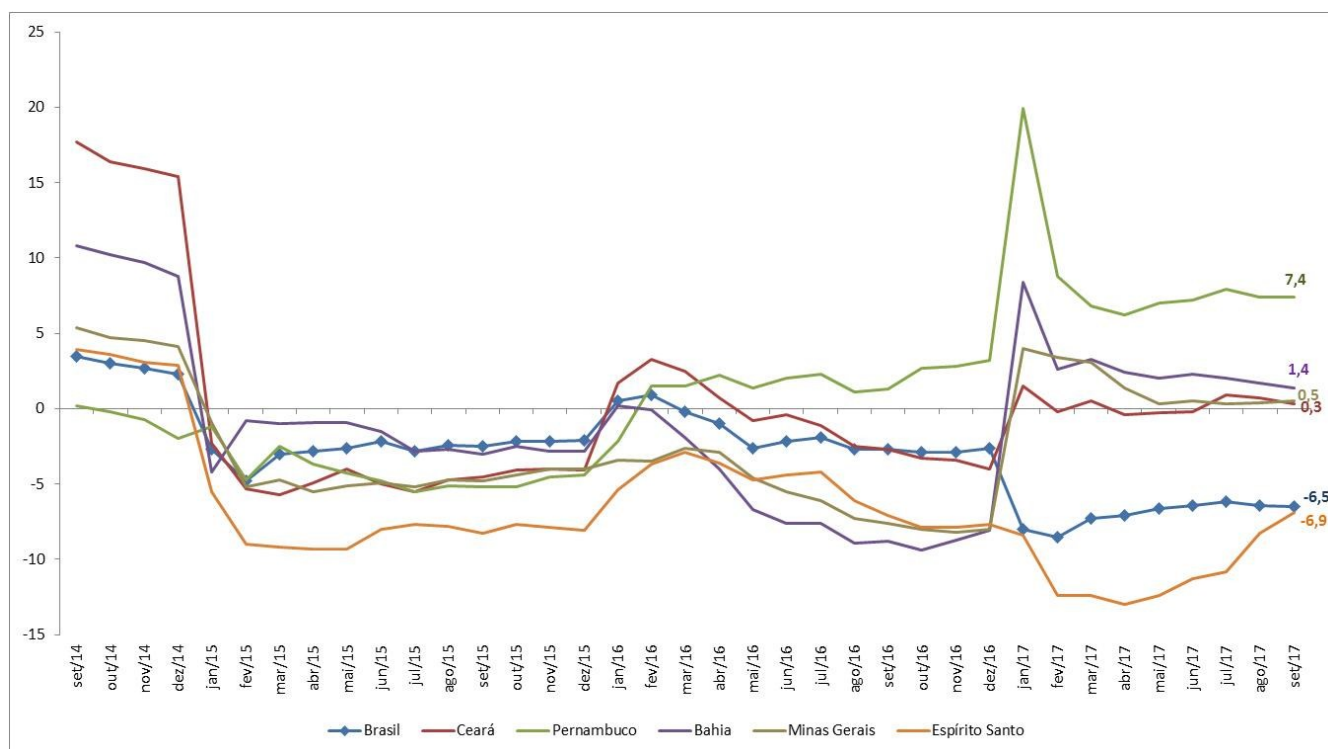
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 2 - Variação ⁽¹⁾ % do volume de serviços por atividades - Estados selecionados - Acumulado em 2017

Atividades de Serviços	CE	PE	BA	MG	ES
Serviços prestados às famílias	7,1	12,5	-2,0	18,5	-11,3
Serviços de informação e comunicação	-7,9	-6,2	-3,6	-10,4	5,1
Serviços Profissionais, administrativos e complementares	-3,3	-10,9	-16,9	4,1	-7,0
Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio	0,5	-10,3	1,2	-3,3	3,4
Outros serviços	-26,4	1,2	-12,1	13,1	15,5
Total	-5,1	-5,6	-5,3	-3,1	-1,5

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 4 – Variação %⁽¹⁾ do volume de serviços das atividades turísticas – Brasil e estados selecionados - Acumulado no ano



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

5. Comércio Varejista

O comércio varejista nacional registrou aumento de 1,3% em suas atividades no acumulado dos nove primeiros meses de 2017, conforme o IBGE, enquanto o comércio varejista ampliado cresceu 2,7% no País.

Os incrementos mais expressivos foram verificados em móveis e eletrodomésticos (+8,8%), tecidos, vestuário e calçados (+7,8%) e material de construção (+7,5%). Por outro lado, livros, jornais e revistas (-3,6%), combustíveis e lubrificantes (-3,2%) registraram os maiores decréscimos do setor (Gráfico 1).

Quanto aos estados, o varejo seguiu trajetória de crescimento no acumulado de 2017 em Alagoas (+8,2%), Pernambuco (+4,8%), Maranhão (+3,9%) e Minas Gerais (+3,7%). O Rio Grande do Norte (+0,4%) apresentou variação positiva porém menor que a média nacional (+1,3%). As demais unidades federativas da área de atuação do BNB registraram decréscimo nessa base de comparação: Sergipe (-5,7%), Espírito Santo (-3,6%), Ceará (-3,0%), Piauí (-1,6%), Bahia (-1,4%) e Paraíba (-1,4%), vide Gráfico 2.

Em relação ao comércio varejista ampliado, Alagoas (+7,7%), Maranhão (+6,3%), Espírito Santo (+4,5%) e Pernambuco (+3,9%) registraram crescimento do volume de vendas acima do registrado no País nos primeiros nove meses de 2017. Paraíba (+1,3%), Ceará (+0,4%), Minas Gerais (+0,3%) e Bahia (+0,2%) cresceram abaixo da variação nacional (+2,7%). Rio Grande do Norte (-2,1%), Sergipe (-0,8%) e Piauí (-0,6%) apresentaram queda, conforme demonstra o Gráfico 2.

No Ceará, o comércio varejista recuou 3,0% de janeiro a setembro de 2017. Os únicos segmentos a registrarem crescimento foram material de escritório (+15,2%), artigos farmacêuticos, médicos, de perfumaria e cosméticos (+12,0%) e outros artigos de uso pessoal (+5,9%). Quanto ao varejo ampliado, que obteve acréscimo de 0,4%, material de construção (+16,5%) e veículos, motocicletas, partes e peças (+4,5%) cresceram no período em análise (Tabela 1).

Em Pernambuco, o comércio varejista (+4,8%) e o ampliado (+3,9%) apresentam recuperação no acumulado de 2017. Destacaram-se as vendas de materiais para escritório (+51,8%), tecidos, vestuários e calçados (+17,1%), móveis e eletrodomésticos (+16,4%). Em

contrapartida, o comércio de jornais, livros, revistas e papelaria (-23,1%) apresentou a maior queda dentre as subatividades, seguido de material de construção (-14,0%) e artigos farmacêuticos (-12,6%), vide Tabela 1.

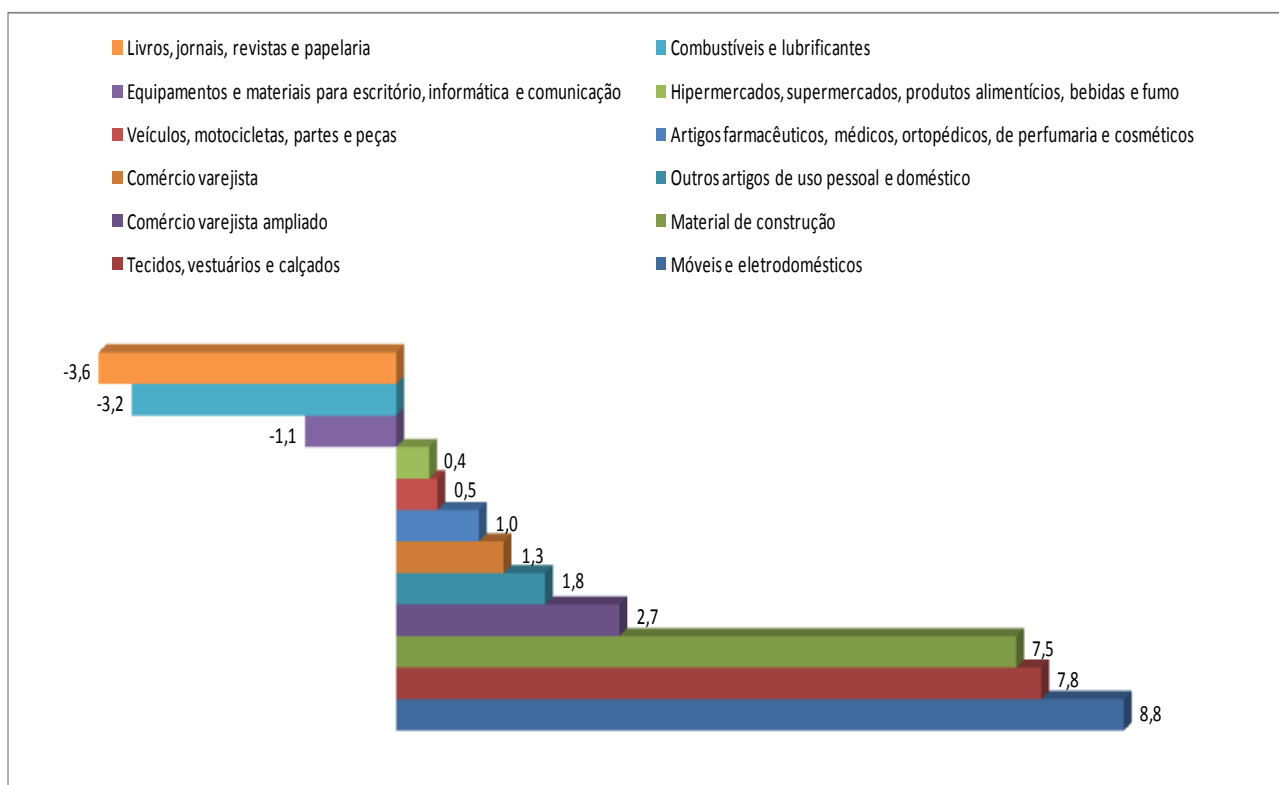
Na Bahia, o comércio varejista recuou 1,4% no acumulado de janeiro a setembro do corrente ano. Contudo, alguns segmentos apresentaram resultados favoráveis, a exemplo de livros, jornais e revistas (+27,1%), móveis e eletrodomésticos (+24,4%) e tecidos, vestuário e calçados (+6,9%). Em relação ao varejo ampliado, houve aumento de 0,2%, com destaque para as oscilações positivas de material de construção (+4,2%) e veículos, motocicletas, partes e peças (+2,9%), como demonstra a Tabela 1.

Em Minas Gerais, o varejo cresceu 3,7% nos primeiros nove meses de 2017. Registre-se a expansão da venda de tecidos, vestuário e calçados (+31,4%), hiper e supermercados (+13,5%), móveis e eletrodomésticos (+9,7%) e livros, jornais e revistas (+9,1%). O varejo ampliado obteve expansão de 0,3%. O comércio de veículos, motocicletas, partes e peças (-23,6%) declinou fortemente nesse período (Tabela 1).

No Espírito Santo, o varejo recuou 3,6% de janeiro a setembro de 2017. Por sua vez, no mesmo período, o comércio varejista ampliado apresentou sinais de retomada da atividade, com um crescimento de 4,5%. Resultados favoráveis ocorreram nos segmentos de veículos (+26,1%), equipamentos e materiais para escritório (+20,4%), móveis e eletrodomésticos (+14,4%), tecidos, vestuários e calçados (+13,5%), além de artigos farmacêuticos (+9,3%). Todos os outros subsetores registraram queda no acumulado de 2017 (Tabela 1).

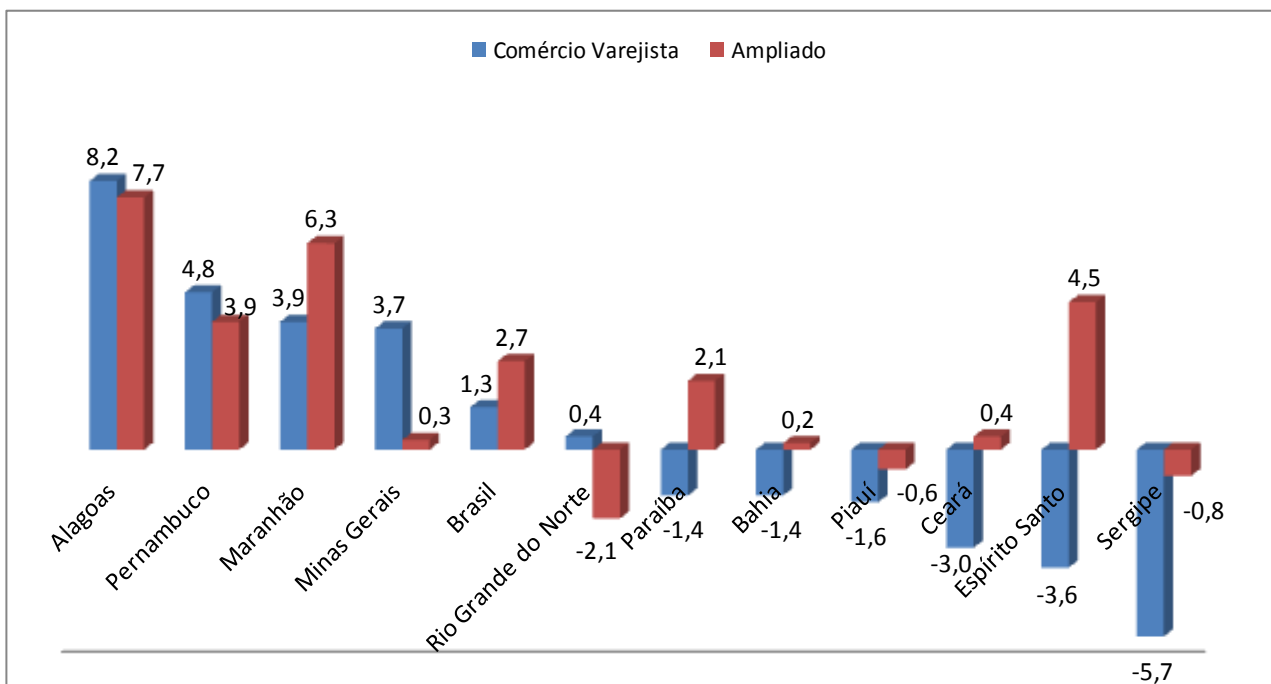
De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o varejo deverá crescer 4,8% em 2017 após três anos seguidos de declínio do setor. O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), apurado pela CNC, atingiu 107,2 pontos, acima do nível de indiferença (100 pontos). Além disso, a CNC destaca que a confiança acentuou-se, também, por parte dos consumidores, que estão mais propícios a realizarem gastos. Além de todos os fatores supracitados, o nível de emprego, aumentando no terceiro quadrimestre do ano, acelerará a retomada da atividade comercial.

Gráfico 1 - Variação no volume de vendas do comércio no Brasil - Acumulado em 2017 ⁽¹⁾



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Jan-set/2017.

Gráfico 2 - Variação (%) no volume de vendas do comércio - Brasil e Estados selecionados - Acumulado em 2017 ⁽¹⁾



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Jan-set/2017.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio - Acumulado em 2017 ⁽¹⁾

Comércio e Atividades	Brasil	CE	PE	BA	MG	ES
Comércio varejista	1,3	-3,0	4,8	-1,4	3,7	-3,6
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	-25,0	3,2	-3,0	-25,8	-9,5
Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,4	-0,6	-0,4	-13,1	11,7	-12,1
Hipermercados e supermercados	0,6	-7,5	-11,0	-13,8	13,5	-10,8
Tecidos, vestuários e calçados	7,8	-2,7	17,1	6,9	31,4	13,5
Móveis e eletrodomésticos	8,8	-13,1	16,4	24,4	9,7	14,4
Móveis	-5,9	-30,2	-16,0	0,8	-6,1	35,0
Eletrodomésticos	9,6	-2,5	33,2	29,4	10,9	-7,3
Artigos farmacêuticos, médicos, perfumaria e cosméticos	1,0	12,0	-12,6	-6,6	-2,7	9,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	-3,6	-16,4	-23,1	27,1	9,1	-11,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-1,1	15,2	51,8	4,6	-27,8	20,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,8	5,9	6,2	6,3	-3,4	-4,6
Comércio varejista ampliado	2,7	0,4	3,9	0,2	0,3	4,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	0,5	4,5	6,7	2,9	-23,6	26,1
Material de construção	7,5	16,5	-14,0	4,2	-0,4	-24,5

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Jan-set/2017

6. Turismo

Após registrar expressivo crescimento na demanda turística em anos recentes, a movimentação turística interna tem sido afetada negativamente pela situação econômica do Brasil.

Especificamente no Nordeste, o número de voos na Região declinou 12,3% em 2016 comparativamente a 2015. Vale registrar que o fluxo de passageiros no Nordeste, nesse mesmo período, caiu 8,6%, conforme dados divulgados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

No corrente ano até setembro, foram registrados 249 mil voos no Nordeste, implicando decréscimo de 1,8% quando comparado com os primeiros nove meses do ano anterior (Tabela 1). Os voos domésticos representaram 97,8% desse total e os internacionais os 2,2% restantes.

Os estados com as maiores movimentações foram Bahia, Pernambuco e Ceará, que juntos responderam por 67,6% dos voos da Região nos nove primeiros meses de 2017. Seguiram Rio Grande do Norte, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Sergipe e Piauí que em conjunto contribuíram com 32,4% dos voos no Nordeste (Tabela 1).

Os únicos estados do Nordeste que registraram crescimento no número de voos foram Pernambuco (+4,9%), Rio Grande do Norte (+4,7%) e Maranhão (+0,7%). Os demais seguiram trajetória descendente: Alagoas (-11,2%), Bahia (-6,4%), Paraíba (-4,9%), Piauí (-2,9%), Ceará (-2,0%) e Sergipe (-0,9%), conforme especificado na Tabela 1.

A movimentação de aeronaves registrou aumento em cinco dos principais aeroportos da Região, nos nove primeiros meses de 2017: Parnaíba-PI (+31,8%), Recife-PE (+5,4%), São Luís-MA (+5,0%), Natal-RN (+4,7%) e Juazeiro do Norte-CE (+0,7%). Ocorreram recuos nos demais, especialmente em Imperatriz-MA (-11,5%), Maceió-AL (-11,2%), Paulo Afonso-BA (-8,7%) e Salvador-BA (-6,9%), conforme especificado na Tabela 2.

Ainda de acordo com a Infraero e a administração do aeroporto de Natal, aproximadamente de 24,5 milhões de passageiros transitaram no Nordeste nos primeiros nove meses do ano corrente, representando aumento de 3,8% na comparação com igual período do ano anterior (Tabela 2). Desse total, 96,9% foram passageiros procedentes de voos domésticos e 3,1% de voos estrangeiros.

Os estados com o maior fluxo de passageiros foram Bahia, Pernambuco e Ceará, respondendo por 69,1% do fluxo regional de passageiros nos nove primeiros meses de 2017. As demais unidades federativas do Nordeste ficaram com 30,9% do trânsito de viajantes.

Quanto às variações dos fluxos de passageiros nos estados do Nordeste, apenas Paraíba (-4,5%) e Sergipe (-0,2%) apresentaram decrementos na comparação com o acumulado de janeiro a setembro de 2016. Os maiores incrementos ficaram por conta de Pernambuco (+10,8%), Rio Grande do Norte (+7,2%) e Ceará (+3,0%), conforme especificado na Tabela 2.

Nos primeiros nove meses de 2017, em contraste com os pousos e decolagens, apenas dois dos 16 aeroportos analisados, João Pessoa-PB (-5,6%) e Aracaju-SE (-0,2%), apresentaram decréscimo no movimento de passageiros. Os maiores acréscimos ocorreram em Parnaíba-PI (+33,9%), Recife-PE (+10,9%), Petrolina-PE (+10,2%), Campina Grande-PB (+7,8%) e Natal-RN (+7,2%), como mostra a Tabela 4.

Vale ressaltar que o cenário de restrição econômica não impediu que as despesas cambiais do turismo aumentassem no País. Conforme o Banco Central (Bacen), os gastos efetuados por brasileiros em visita ao exterior totalizaram US\$ 14,1 bilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2017, representando incremento de 35,0% em relação ao mesmo período de 2016 (Tabela 5).

Por sua vez, os passageiros internacionais proporcionaram uma receita cambial de US\$ 4,4 bilhões ao Brasil nos nove primeiros meses de 2017. Referidos números ficaram pouco abaixo dos valores obtidos no mesmo período de 2016, quando a receita proporcionada foi de US\$ 4,7 bilhões, como mostra a Tabela 5.

Devido ao aumento do montante gasto por brasileiros no exterior e considerando o decréscimo das receitas cambiais, o déficit da conta viagens aumentou em 68,3% quando se compara o período de janeiro a setembro de 2017 (US\$ 9,8 bilhões) com o mesmo período de 2016 (US\$ 5,8 bilhões), conforme especificado na Tabela 5.

Tabela 1 - Movimento de aeronaves no Nordeste e Estados

Estado/Região	Jan-Set/2016	Jan-Set/2017	Var. %	Part. % - 2017
Bahia	68.213	63.848	-6,4	25,6
Pernambuco	56.483	59.233	4,9	23,8
Ceará	46.199	45.266	-2,0	18,2
Maranhão	18.816	18.950	0,7	7,6
Rio Grande do Norte	13.560	14.194	4,7	5,7
Alagoas	14.828	13.166	-11,2	5,3
Piauí	12.870	12.501	-2,9	5,0
Paraíba	13.004	12.366	-4,9	5,0
Sergipe	9.736	9.649	-0,9	3,9
Nordeste	253.709	249.173	-1,8	100,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados.

Tabela 2 - Movimento de aeronaves nos aeroportos do Nordeste

Aeroporto	Jan-Set/2016	Jan-Set/2017	Var. %	Part. % - 2017
Salvador	60.818	56.640	-6,9	22,7
Recife	51.843	54.663	5,4	21,9
Fortaleza	39.729	38.750	-2,5	15,6
São Luís	13.930	14.627	5,0	5,9
Natal	13.560	14.194	4,7	5,7
Maceió	14.828	13.166	-11,2	5,3
Teresina	11.904	11.228	-5,7	4,5
João Pessoa	10.462	9.922	-5,2	4,0
Aracaju	9.736	9.649	-0,9	3,9
Ilhéus	6.692	6.566	-1,9	2,6
Juazeiro do Norte	6.470	6.516	0,7	2,6
Petrolina	4.640	4.570	-1,5	1,8
Imperatriz	4.886	4.323	-11,5	1,7
Campina Grande	2.542	2.444	-3,9	1,0
Parnaíba	966	1.273	31,8	0,5
Paulo Afonso	703	642	-8,7	0,3
Nordeste	253.709	249.173	-1,8	100,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados.

Tabela 3 - Movimento de passageiros no Nordeste e Estados

Estado/Região	Jan-Set/2016	Jan-Set/2017	Var. %	Part. % - 2017
Bahia	6.086.146	6.124.169	0,6	25,0
Pernambuco	5.432.953	6.021.905	10,8	24,5
Ceará	4.669.535	4.810.713	3,0	19,6
Rio Grande do Norte	1.684.428	1.805.474	7,2	7,4
Alagoas	1.482.690	1.512.232	2,0	6,2
Maranhão	1.373.678	1.399.626	1,9	5,7
Paraíba	1.160.342	1.108.008	-4,5	4,5
Sergipe	915.272	913.376	-0,2	3,7
Piauí	826.397	835.666	1,1	3,4
Nordeste	23.631.441	24.531.169	3,8	100,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados.

Tabela 4 - Movimento de passageiros por aeroportos do Nordeste

Aeroporto	Jan-Set/2016	Jan-Set/2017	Var.%	Part.% - 2017
Salvador	5.652.583	5.674.129	0,4	23,1
Recife	5.103.380	5.658.596	10,9	23,1
Fortaleza	4.260.658	4.400.424	3,3	17,9
Natal	1.684.428	1.805.474	7,2	7,4
Maceió	1.482.690	1.512.232	2,0	6,2
São Luís	1.155.047	1.174.678	1,7	4,8
João Pessoa	1.063.983	1.004.148	-5,6	4,1
Araçáju	915.272	913.376	-0,2	3,7
Teresina	819.011	825.777	0,8	3,4
Ilhéus	424.845	441.015	3,8	1,8
Jua ze i ro do Norte	408.877	410.289	0,3	1,7
Petrolina	329.573	363.309	10,2	1,5
Impera triz	218.631	224.948	2,9	0,9
Ca mpina Grande	96.359	103.860	7,8	0,4
Pa ma i ba	7.386	9.889	33,9	0,0
Paulo Afonso	8.718	9.025	3,5	0,0
Nordeste	23.631.441	24.531.169	3,8	100,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados.

Tabela 5 - Receita, despesa e déficit cambial turístico no Brasil (em US\$)

Mês	Jan - Set/2016		Jan - Set/2017		Saldo		Variação (%)	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	2016	2017	Receita	Despesa
Janeiro	650	840	661	1.579	-190	-918	1,7	88,1
Fevereiro	599	841	535	1.362	-242	-827	-10,6	61,9
Março	597	1.291	650	1.533	-694	-883	8,9	18,7
Abril	475	1.076	417	1.325	-602	-908	-12,1	23,1
Mai o	434	1.113	419	1.497	-679	-1.077	-3,4	34,5
Junho	402	1.372	377	1.510	-970	-1.133	-6,2	10,1
Julho	466	1.362	440	1.879	-895	-1.439	-5,5	38,0
Agos to	602	1.292	455	1.745	-690	-1.291	-24,4	35,1
Se tembro	443	1.294	407	1.716	-851	-1.309	-8,1	32,6
Total	4.667	10.480	4.361	14.146	-5.814	-9.785	-6,6	35,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

7. Mercado de Trabalho

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil encerrou o 3º trimestre de 2017 com Taxa de Desocupação de 12,4%, incremento de 0,6 ponto percentual (p.p.) em relação ao mesmo trimestre de 2016 (11,8%). A taxa é a maior já registrada no terceiro trimestre pela série histórica da PNAD Contínua, que teve início em janeiro de 2012 (Tabela 1).

No confronto entre o 3º trimestre de 2017 e o de 2016, houve crescimento da taxa de desocupação em três Grandes Regiões, para o confronto anual: Nordeste (de 14,1% para 14,8%); Sudeste (de 12,3% para 13,2%), Norte (de 11,4% para 12,2%). Na Região Sul, manteve-se a mesma taxa de desocupação (7,9%), e no Centro-Oeste houve redução (de 10,0% para 9,7%), conforme dados da Tabela 1.

O contingente de Pessoas Desocupadas no Brasil cresceu 7,8% em relação ao 3º trimestre de 2016 e chegou a 12,9 milhões de pessoas. Por outro lado, a População Ocupada somou 91,2 milhões no terceiro trimestre de 2017, que apresentou acréscimo de 1,6% frente ao mesmo trimestre de 2016, vide Tabela 2.

Nacionalmente, entre os empregados do setor privado (44,2 milhões de pessoas), 75,3% tinham carteira assinada, cerca de 33,3 milhões de empregados no 3º trimestre de 2017. A categoria sofreu retração de 2,4% frente ao mesmo período do ano anterior, de acordo com os dados da Tabela 3. No entanto, o contingente de empregados sem registro na carteira de trabalho aumentou 6,2% na mesma base de comparação, quando 10,9 milhões de trabalhadores no 3º trimestre de 2017 não tinham registro na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Quanto aos trabalhadores por conta própria (22,9 milhões de pessoas), o contingente aumentou 4,8% em relação ao 3º trimestre de 2016. O agrupamento é composto principalmente por trabalhadores sem o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cerca de 81,5%, ou seja, 18.683 trabalhadores operam na informalidade no Brasil (Tabela 3).

Em relação ao Nordeste, no 3º trimestre de 2017, a População Desocupada alcançou 3,7 milhões de pessoas, encerrando com crescimento de 5,9% frente ao mesmo período de 2016. Na contramão, levando essa mesma comparação, o contingente da População Ocupada reduziu 0,2%, e atingiu cerca de 21,2 milhões de trabalhadores (Tabela 4).

Na Região, o contingente de empregados do setor privado (8,9 milhões de pessoas) apresentou redução de 1,3% frente ao 3º trimestre de 2016. A categoria empregado com carteira assinada (5,3 milhões de pessoas), que representa cerca de 60,0% dos trabalhadores do setor privado na Região, reduziu 5,7% em relação ao penúltimo trimestre de 2016. Na mesma base de comparação, a categoria empregado sem carteira assinada (3,5 milhões de pessoas) cresceu 2,0% no terceiro trimestre de 2017 (Tabela 5).

No Nordeste, para os trabalhadores por conta própria (6,2 milhões de pessoas), a queda foi de 2,9% entre os segundos trimestres de 2017 e 2016. A categoria é composta por 90,6% de trabalhadores sem o registro no CNPJ, cerca de 5.623 trabalhadores na informalidade (Tabela 5).

No 3º trimestre de 2017, a População Ocupada no Nordeste foi composta principalmente por empregados alocados no *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (4,47 milhões de pessoas, 21,1%) e na *Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais* (3,9 milhões de pessoas, 18,5%). Os demais agrupamentos por atividades estão dispostos na Tabela 6.

Na comparação dos terceiros trimestres de 2017 e 2016, dentre as atividades econômicas que apresentaram retração do quadro de pessoas ocupadas, a *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* foi a que mais perdeu força de trabalho, declínio de 10,0%, ou seja, redução de 320 mil trabalhadores na Região; em seguida, tem-se o setor da *Construção*, que reduziu seu contingente de trabalhadores em 7,8%. Todavia, a atividade *Alojamento e alimentação* tem apresentado crescimento ao longo dos anos, desde o início da série (2012). O setor registrou incremento de 119 mil pessoas na força de trabalho no 3º trimestre de 2017, variação positiva de 10,0%, na mesma base de análise (Tabela 6).

Quanto ao rendimento médio das pessoas ocupadas no Nordeste, ocorreu valorização em 3,5% no 3º trimestre de 2017 em comparação com igual período do ano anterior. Entre as atividades, observou-se que os maiores rendimentos estão em: *Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais* (R\$ 2.340, valorização de 0,3%), seguido por *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (R\$ 2.175, valorização de 9,7%), com base nos dados da Tabela 6.

Tabela 1 – Brasil e Regiões: Taxa de desocupação (%), 2012 a 2017 (3º Trimestre)

Unidade Territorial	2012.III	2013.III	2014.III	2015.III	2016.III	2017.III
Norte	7,8	7,5	6,9	8,8	11,4	12,2
Nordeste	9,4	9	8,6	10,8	14,1	14,8
Sudeste	6,9	7	6,9	9	12,3	13,2
Sul	4,3	4,1	4,2	6	7,9	7,9
Centro-Oeste	5,7	5,5	5,4	7,5	10	9,7
Brasil	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 2 – Brasil: Estimativa da população, 2º trimestre de 2016 e 2017

INDICADORES (em mil pessoas)	Estimativas dos terceiros trimestres		Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior		
	2016.III	2017.III	Situação	Var. %	Diferença
Em idade de trabalhar	166.499	168.722	↑	1,3	2.222
Na força de trabalho	101.857	104.258	↑	2,4	2.401
Ocupada	89.835	91.297	↑	1,6	1.462
Desocupada	12.022	12.961	↑	7,8	939
Fora da força de trabalho	64.642	64.464	→	-0,3	-179

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Tabela 3 - Brasil: Distribuição de pessoas ocupadas segundo a posição na ocupação, 2º trimestre de 2016 e 2017

INDICADORES (em mil pessoas)	Estimativas dos segundos trimestres		Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior		
	2016.III	2017.III	Situação	Var. %	Diferença
1. Empregado no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos)	44.379	44.210	↓	-0,4	-169
Com carteira assinada	34.110	33.300	↓	-2,4	-810
Sem carteira assinada	10.269	10.910	↑	6,2	641
2. Trabalhador doméstico	6.123	6.177	→	0,9	54
3. Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	11.329	11.490	↑	1,4	161
4. Empregador	4.082	4.245	↑	4,0	163
Com CNPJ	3.366	3.391	→	0,7	25
Sem CNPJ	716	854	↑	19,3	138
5. Conta própria	21.854	22.911	↑	4,8	1.057
Com CNPJ	4.123	4.228	↑	2,5	105
Sem CNPJ	17.731	18.683	↑	5,4	952
6. Trabalhador familiar auxiliar	2.066	2.264	↑	9,6	198
População Ocupada (1+2+3+4+5+6)	89.833	91.297	↑	1,6	1.464

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 4 – Nordeste: Estimativa da população, 3º trimestre de 2016 e 2017

INDICADORES (em mil pessoas)	Estimativas dos terceiros trimestres		Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior		
	2016.III	2017.III	Situação	Var. %	Diferença
Em idade de trabalhar	45.030	45.592	↑	1,2	562
Na força de trabalho	24.779	24.950	→	0,7	171
Ocupada	21.284	21.251	→	-0,2	-34
Desocupada	3.494	3.699	↑	5,9	204
Fora da força de trabalho	20.251	20.642	↑	1,9	391

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Tabela 5 – Nordeste: Distribuição de pessoas ocupadas segundo a posição na ocupação, 3º trimestre de 2016 e 2017

INDICADORES (em mil pessoas)	Estimativas dos segundos trimestres		Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior		
	2016.III	2017.III	Situação	Var. %	Diferença
1. Empregado no setor privado (exclusive trabalhadores	9.053	8.937	↘	-1,3	-116
Com carteira assinada	5.541	5.355	↘	-3,4	-186
Sem carteira assinada	3.512	3.582	↑	2,0	70
2. Trabalhador doméstico	1.490	1.484	↘	-0,4	-6
3. Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	2.985	3.089	↑	3,5	104
4. Empregador	688	806	↑	17,2	118
Com CNPJ	489	533	↑	9,0	44
Sem CNPJ	199	273	↑	37,2	74
5. Conta própria	6.387	6.203	↘	-2,9	-184
Com CNPJ	606	580	↘	-4,3	-26
Sem CNPJ	5.781	5.623	↘	-2,7	-158
6. Trabalhador familiar auxiliar	681	733	↑	7,6	52
População Ocupada (1+2+3+4+5+6)	21.284	21.252	↘	-0,2	-32

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 6 – Nordeste: Pessoas ocupadas e rendimento médio real, 2º trimestre de 2016 e 2017

Grupamentos de Atividade Econômica	Pessoas Ocupadas (estimativa em milhares)			Rendimento Médio Real (R\$)		
	2016.III	2017.III	Var.%	2016.III	2017.III	Var.%
Comércio, reparação de veículos automotores e ...	4.389	4.477	2,0	1.273	1.275	0,2
Administração pública, defesa, segur. Social, educação	3.817	3.934	3,1	2.332	2.340	0,3
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e...	3.209	2.889	-10,0	529	557	5,2
Indústria geral	1.951	1.933	-0,9	1.233	1.336	8,4
Informação, comunicação e atividades financeiras, ...	1.569	1.575	0,4	1.982	2.175	9,7
Construção	1.795	1.655	-7,8	1.148	1.126	-1,9
Serviço doméstico	1.506	1.496	-0,7	566	560	-1,0
Alojamento e alimentação	1.183	1.302	10,0	1.006	1.057	5,1
Outros serviços	959	992	3,4	1.207	1.061	-12,1
Transporte, armazenagem e correio	906	992	9,4	1.446	1.324	-8,4
Total	21.284	21.251	-0,2	1.391	1.439	3,5

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

8. Comércio Exterior

A balança comercial brasileira acumulou superávit de US\$ 53,3 bilhões no período de janeiro a setembro de 2017, maior da série histórica iniciada em 1989, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

As exportações totalizaram US\$ 164.604 milhões, incremento de 18,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo o MDIC, as vendas externas foram impulsionadas, principalmente, pela recuperação dos preços internacionais das *commodities* e pelo aumento da produção doméstica de petróleo. Nesse período comparativo, a quantidade de produtos exportados subiu 5,9% na comparação com o ano passado, tendo o preço dos produtos brasileiros aumentado em 12,5%.

Já as importações somaram US\$ 111.328 milhões, com incremento de 7,9% no acumulado de janeiro a setembro deste ano, relativamente ao mesmo período de 2016.

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 275.932 milhões no acumulado de janeiro a setembro deste ano contra US\$ 242.554 milhões no mesmo período de 2016.

O Gráfico 1 mostra o comportamento das exportações e importações brasileiras, evidenciando os saldos da balança comercial de 2010 a setembro de 2017.

A decomposição das exportações brasileiras por fator agregado (Tabela 1) mostra que todos os subgrupos apresentaram crescimento no volume de vendas no período de janeiro a setembro do ano comparativamente ao mesmo período do ano passado. As exportações de produtos básicos (47,6% da pauta) registraram expressivo aumento de 26,2%, nesse período comparativo. Soja em grão é o principal produto da pauta brasileira com 14,0% de participação, tendo registrado incremento de receita de 24,5% e de 23,3% na quantidade embarcada.

Em seguida vem o produto minérios de ferro e seus concentrados (8,6% da pauta total) que registrou aumento de 54,5% nas vendas, devido ao aumento do preço do produto que se valorizou em 52,3% no período em análise. Porém, o destaque no subgrupo dos básicos foram as exportações de óleos brutos de petróleo (8,1%) que apresentaram crescimento de 87,5% no volume de vendas e de 36,9% na quantidade embarcada.

Por sua vez, os embarques de produtos semimanufaturados (14,2% do total) cresceram 13,1% em volume de vendas no período em análise. Os principais produtos foram açúcar de cana em bruto (4,2% da pauta),

celulose (2,8%) e produtos semimanufaturados de ferro ou aços (1,8%) que registraram incrementos de 19,2%, 13,1% e 50,6%, respectivamente.

No grupo dos manufaturados (36,0% do total), as vendas de óleos combustíveis (+99,8%), automóveis de passageiros (+51,1%), máquinas e aparelhos para terraplanagem e perfuração (+45,7%) e veículos de carga (+39,5%) foram os principais destaques em incremento de receita.

A decomposição por categoria de uso das importações brasileiras (Tabela 2) revela que a aquisição de bens Intermediários respondeu por 46,8% do total das compras externas, apresentando crescimento de 7,0% no acumulado de janeiro a setembro de 2016, ante igual período do ano passado. Nessa categoria, foram importados, principalmente, insumos industriais (36,0%) que registraram acréscimo de 12,0% nas aquisições.

Cresceram, também, nesse período, as importações de combustíveis e lubrificantes (+35,1%) e de bens de consumo (+3,4%), entretanto, decresceram ligeiramente as compras de bens de capital (-0,6%).

Os maiores acréscimos foram verificados nas aquisições de álcool etílico (+295,9%), outras naftas, exceto para petroquímica (+274,8%), automóveis de passageiros (+198,1%), circuitos integrados (+136,5%) e coques de hulha (+124,6%).

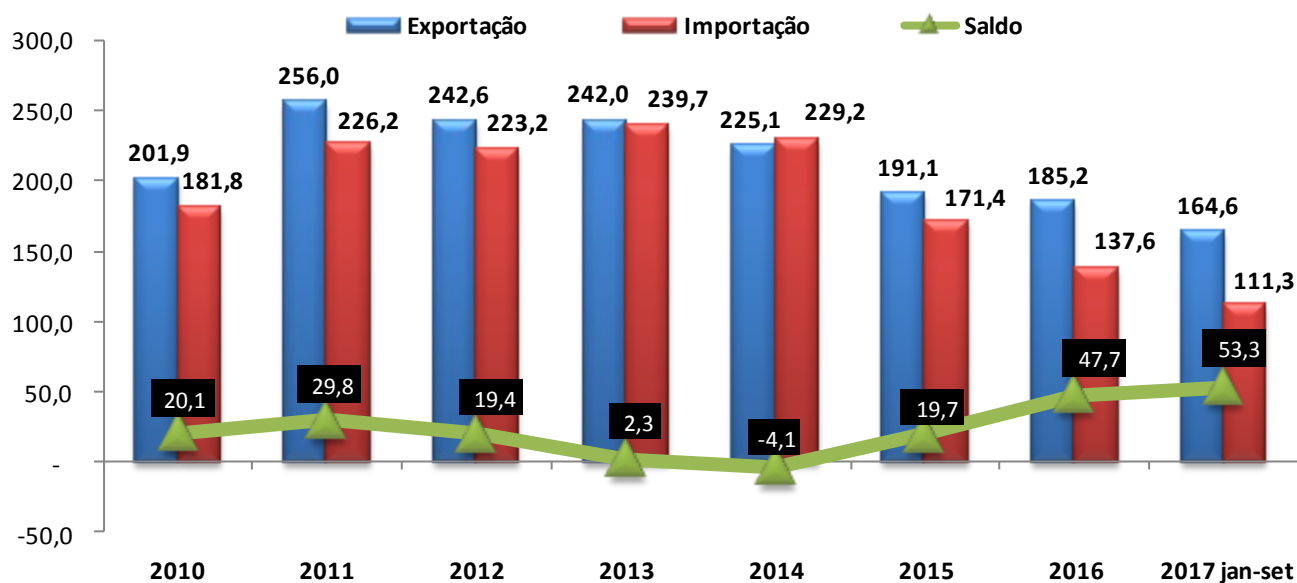
Nos nove primeiros meses deste ano, a China absorveu 23,2% das exportações brasileiras (Gráfico 2), incremento de 34,9% relativamente ao mesmo período de 2016. Soja em grão (47,2%), petróleo em bruto, minérios de ferro (20,2%), óleos brutos de petróleo (15,2%), celulose (4,9%) e carne bovina (1,6%) foram os principais produtos vendidos para a economia chinesa.

Os Estados Unidos, respondendo por 12,1% das aquisições dos produtos brasileiros, registraram crescimento de 17,0% nas compras com destaque para óleos de petróleo em bruto (11,1%), aviões (+8,7%), produtos semimanufaturados de ferro ou aço (6,9%), celulose (+3,5%) e demais produtos manufaturados (3,3%).

A Argentina, terceiro mercado de destino dos produtos brasileiros, com 7,8% de participação, registrou acréscimo de 29,6% nas compras, com destaque para as aquisições de automóveis de passageiros (26,8%), veículos de carga (10,7%), partes e peças para veículos automóveis e tratores (6,2%), demais produtos manufaturados (3,9%) e tratores (3,6%).

China, Estados Unidos, Alemanha e Coreia do Sul são os principais vendedores para o Brasil em 2017 (Gráfico 3).

Gráfico 1 - Exportações, importações e saldo da balança comercial—Brasil US\$ bilhões FOB



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 1 – Exportação por fator agregado—Brasil - Jan - set 2017/2016 - US\$ milhões FOB

Exportação por fator agregado	jan-set/2017		jan-set/2016		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	78.326	47,6	62.044	44,5	26,2
Industrializados	82.540	50,1	74.163	53,2	11,3
Semimanufaturados	23.338	14,2	20.634	14,8	13,1
Manufaturados	59.201	36,0	53.529	38,4	10,6
Operações especiais ⁽¹⁾	3.738	2,3	3.159	2,3	18,3
Total	164.603,7	100,0	139.365,7	100,0	18,1

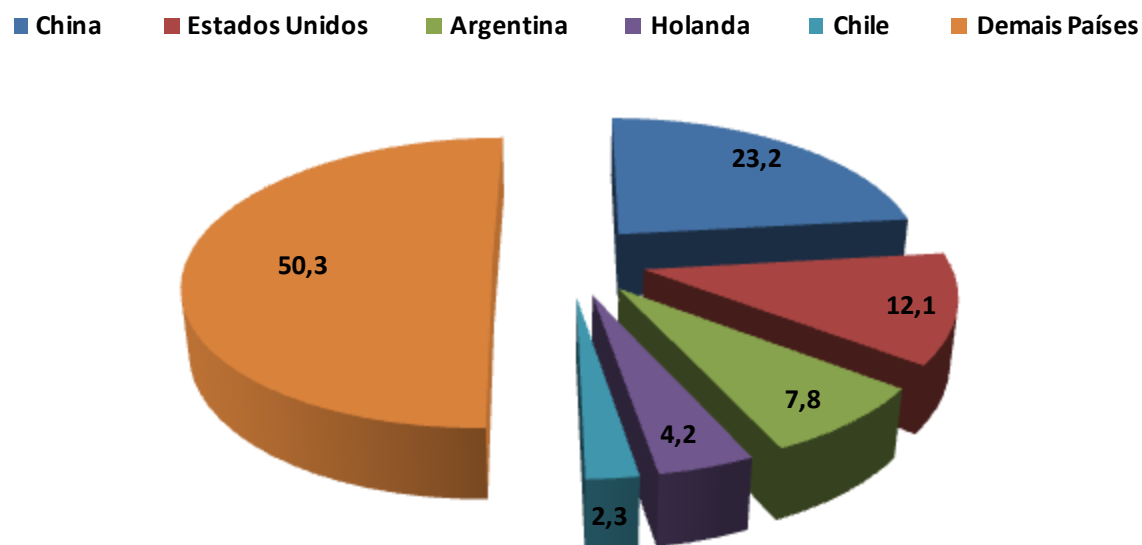
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC. Nota: (1) As operações especiais referem-se a amostras utilizadas em feiras e eventos.

Tabela 2 – Importação por categoria de uso - Brasil—Jan - set 2017/2016 - US\$ milhões FOB

Categoria de uso	jan-set/2017		jan-set/2016		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	28.291	25,4	28.456	27,6	-0,6
Bens intermediários	52.137	46,8	48.706	47,2	7,0
Bens de consumo	15.473	13,9	14.611	14,2	5,9
Bens de consumo não duráveis	11.884	10,7	11.182	10,8	6,28
Bens de consumo duráveis	3.588	3,2	3.428	3,3	4,66
Combustíveis e lubrificantes	15.427	13,9	11.416	11,1	35,1
Total	111.328,1	100,0	103.188,4	100,0	7,9

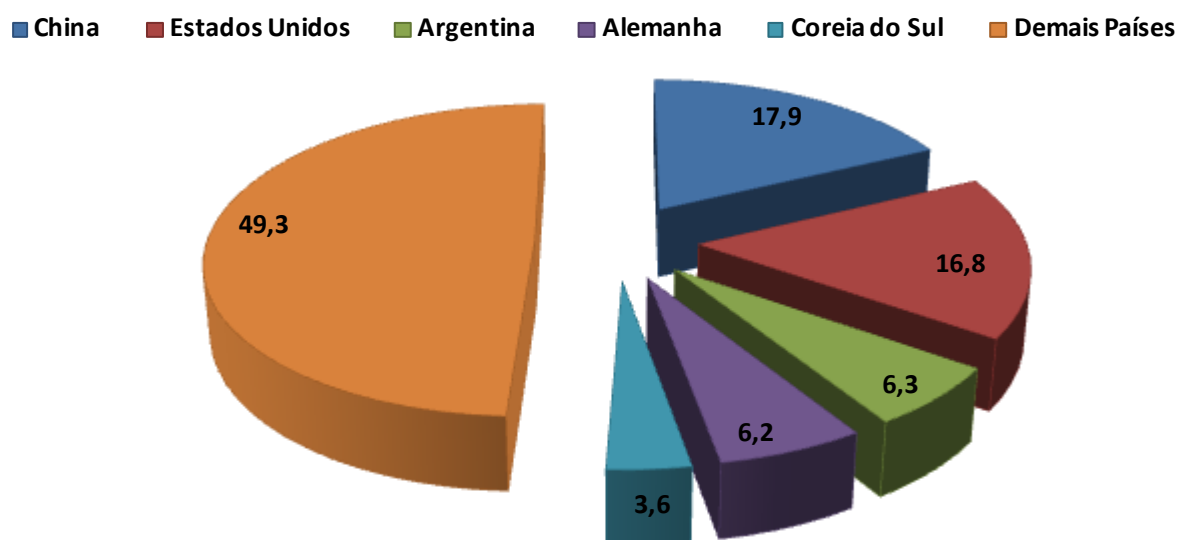
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Gráfico 2 – Principais países de destino das exportações brasileiras - Jan - set 2017(em %)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Gráfico 3 – Principais países de origem das importações brasileiras- Jan - set 2017 (em %)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

As exportações do Nordeste totalizaram US\$ 12.435,4 milhões nos nove primeiros meses deste ano, com incremento de 32,7% em relação ao mesmo período de 2016. As importações somaram US\$ 14.492,7 milhões, registrando aumento de 3,3%, nesse período comparativo.

A balança comercial da Região, portanto, continua acumulando déficit (-US\$ 2.057,3 milhões), porém inferior ao computado no acumulado até setembro de 2016 (-US\$ 4.660,5 milhões), vide Gráfico 4.

As exportações nordestinas representaram 7,6% do total das vendas externas brasileiras e as importações 13,0% das aquisições.

A decomposição das exportações do Nordeste por fator agregado (Tabela 3) mostra que, no período em análise, todas as categorias de produtos registraram expressivo crescimento. As vendas dos produtos básicos (25,6% da pauta) aumentaram 44,1% devido, principalmente, aos embarques da soja. A safra recorde desse grão ensejou receita de US\$ 1.888,2 milhões relativamente a 5,0 milhões de toneladas, aumento de 105,5% no volume de vendas externas e de 103,3% na quantidade embarcada. Principal item da pauta nordestina (15,2%), a soja, mesmo triturada, tem como principais exportadores os estados da Bahia (49,2%), Maranhão (36,1%) e do Piauí (14,1%).

As exportações de produtos semimanufaturados cresceram 28,8% no período jan-set/2017 ante igual período do ano anterior. Os destaques do segmento foram as vendas de pasta química de madeira no Maranhão e na Bahia, outros produtos semimanufaturados de ferro/aço produzidos no Ceará e outros açúcares de cana exportados principalmente por Alagoas.

As vendas de produtos manufaturados (com maior valor agregado) foram os mais representativos na pauta nordestina (44,3%) e apresentaram crescimento de 29,9% no período em análise. Os principais produtos exportados foram veículos e óleos combustíveis, ambos fabricados na Bahia e em Pernambuco além de alumina calcinada oriunda do Maranhão.

Quanto aos países de destino das exportações nordestinas, China (21,0%), Estados Unidos (14,8%) e Argentina (11,7%) foram responsáveis por 47,5% do total exportado e registraram crescimento de 72,2%, 17,6% e 33,2%, respectivamente, no período em análise (Gráfico 5).

Do lado das importações nordestinas (Tabela 4), cresceram as aquisições de bens intermediários (+30,0%), bens de consumo (+13,6%) e de combustíveis e lubrificantes (+13,8%). Por outro lado, as compras de bens de capital que incluem máquinas e equipamentos usados na produção de outros bens registraram queda de 49,4%. A explicação para esse expressivo recuo seria a base de comparação alta, uma vez que, em 2016, a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) localizada no Ceará realizou grandes investimentos antes de entrar em operação.

Cresceram, em valores absolutos, as compras dos seguintes produtos: álcool etílico (+US\$ 511,3 milhões), óleo diesel (+US\$ 337,8 milhões), hulha betuminosa (+US\$ 277,7 milhões), gás natural, liquefeito (US\$ 271,2 milhões), naftas para petroquímica (+US\$ 189,9 milhões) e outras gasolinas, exceto para aviação (+US\$ 137,2 milhões).

Os principais países de origem das importações, no acumulado até o terceiro trimestre do ano, responderam por 44,4% das aquisições nordestinas: Estados Unidos (25,3%), China (10,5%) e Argentina (8,6%), conforme especificado no Gráfico 6. No comparativo com o acumulado até setembro de 2016, aumentaram, significativamente, as compras originárias dos Estados Unidos (+52,1%), enquanto as aquisições da China e Argentina registraram acréscimo menor de 6,2% e 2,2%, respectivamente.

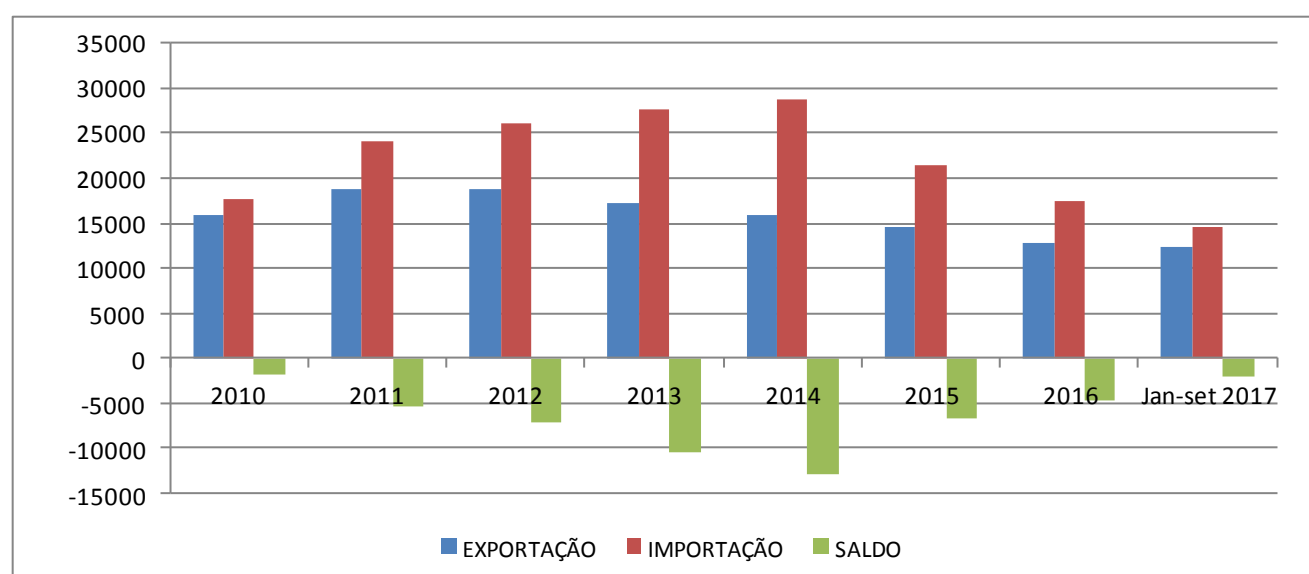
As relações comerciais da Região Nordeste foram superavitárias com a China (+US\$ 1.095 milhões) e Argentina (+US\$ 204 milhões) e deficitárias com os Estados Unidos (-US\$ 1.831 milhões).

A Bahia é o maior exportador (48,3%) e importador (358%) do Nordeste. Dos estados da Região, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e a Bahia registraram saldo positivo na balança comercial (Tabela 5).

Pernambuco apresentou o maior déficit comercial do Nordeste (-US\$ 2.894 milhões). Esse resultado adveio das importações de insumos industriais (23,8%), partes e peças e acessórios de equipamentos de transporte (18,3%) e de combustíveis e lubrificantes (35,7%) que registraram, respectivamente, incremento de 26,0%, 11,7% e 60,2%, no período em análise.

Os principais produtos exportados e importados por estado da Região estão discriminados no Quadro 1.

Gráfico 4 - Exportações, importações e saldo da balança comercial no Nordeste - US\$ milhões FOB



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 3 - Exportação por fator agregado—Nordeste - Jan - set 2017/2016 - US\$ milhões FOB

Fator Agregado	jan - set / 2017		jan - set/ 2016		Var %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	3.183	25,6	2.209	23,6	44,1
Industrializados	9.155	73,6	7.072	75,5	29,4
Semimanufaturados	3.650	29,4	2.834	30,2	28,8
Manufaturados	5.504	44,3	4.238	45,2	29,9
Operações especiais ⁽¹⁾	98	0,8	91	1,0	7,2
Total	12.435	100,0	9.372	100,0	32,7

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

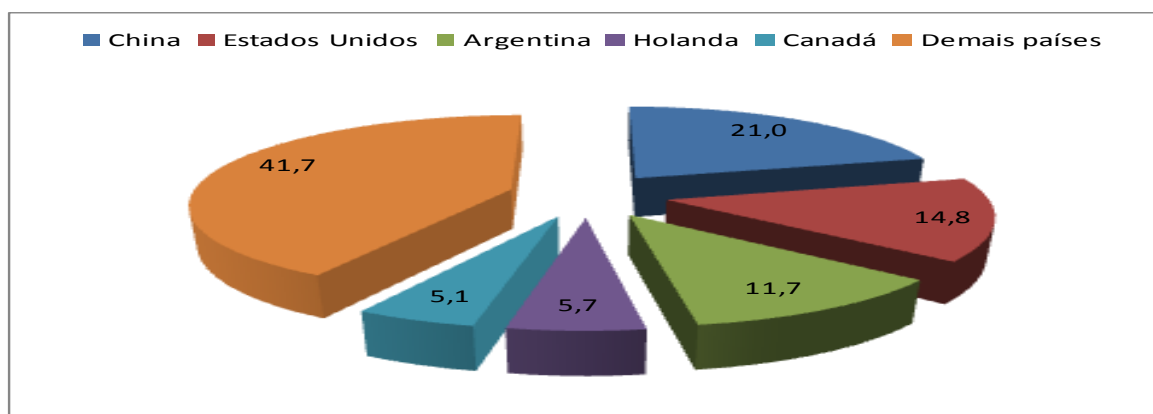
Nota: (1) As operações especiais referem-se a amostras de bens exportados ou importados utilizados em feiras e eventos.

Tabela 4 - Importação por categoria de uso - Nordeste: - Jan - set 2017/2016 - US\$ milhões FOB

Categoria de uso	jan - set / 2017		jan - set/ 2016		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	1.853	12,8	3.661	26,1	-49,4
Bens intermediários	6.712	46,3	5.162	36,8	30,0
Insumos industriais	4.796	33,1	3.615	25,8	32,7
Peças e acessórios de equipamentos de transporte	1.093	7,5	690	4,9	58,4
Alimentos e bebidas destinados à indústria	800	5,5	857	6,1	-6,6
Bens diversos	23	0,2	0	--	--
Bens de consumo	1.069	7,4	941	6,7	13,6
Bens de consumo não duráveis	703	4,9	529	3,8	32,9
Bens de consumo duráveis	366	2,5	412	2,9	-11,2
Combustíveis e lubrificantes	4.858	33,5	4.269	30,4	13,8
Total	14.493	100,0	14.033	100,0	3,3

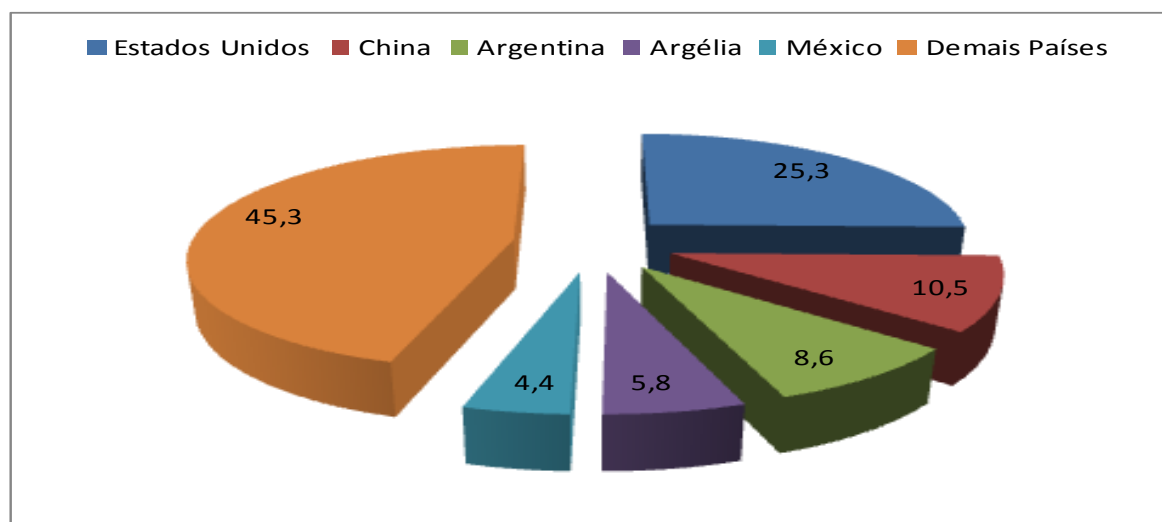
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Gráfico 5 – Principais países de destino das exportações nordestinas - Jan - set 2017 - Em %



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Gráfico 6 – Principais países de origem das importações nordestinas- Jan - set 2017 - Em %



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 5 - Exportação, importação e saldo da balança comercial—Nordeste e estados - Jan - set 2017/2016 - US\$ milhões FOB

Estado/Região	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var % jan-set 2017/2016	Valor	Part. (%)	Var % jan-set 2017/2016	
Maranhão	2.268	18,2	34,8	1.968	13,6	17,1	299
Piauí	330	2,7	113,0	278	1,9	415,1	52
Ceará	1.467	11,8	77,2	1.744	12,0	- 42,3	- 277
Rio G. do Norte	205	1,6	13,6	141	1,0	0,2	64
Paraíba	101	0,8	15,2	281	1,9	25,9	- 180
Pernambuco	1.424	11,5	52,6	4.318	29,8	27,8	- 2.894
Alagoas	561	4,5	128,9	474	3,3	15,2	88
Sergipe	74	0,6	- 2,2	105	0,7	- 7,4	- 31
Bahia	6.007	48,3	15,8	5.183	35,8	3,5	823
Nordeste	12.435	100,0	32,7	14.493	100,0	3,3	- 2.057

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Quadro 1 – Estados do Nordeste: Principais produtos exportados e importados - Jan-set 2017 - Em %

Estados	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Alumina calcinada (38,0%), soja, mesmo trituração, exceto para sementeira (30,1%), pasta química de madeira (22,0%)	Álcool etílico (32,4%), óleo diesel (23,8%), outras gasolinas, exceto para aviação (15,6%)
Piauí	Soja, mesmo trituração, exceto para sementeira (80,6%), ceras vegetais (9,8%), mel natural (4,8%)	Células solares em módulos ou painéis (42,7%), outras máquinas e aparelhos mecânicos c/função própria (12,9%), outros naftas, exceto para petroquímica (7,0%)
Ceará	Outros produtos semimanufaturados de ferro/aço (49,0%), castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (4,6%), calçados de borracha/plástico (4,1%)	Hulha betuminosa (21,9%), gás natural liquefeito (13,2%), outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para sementeira (7,7%)
Rio G. do Norte	Melões frescos (31,8%), sal marinho, a granel (7,9%), castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (7,4%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio (24,8%), células solares em módulos ou painéis (11,4%), castanha de caju, fresca ou seca, com casca (7,3%)
Paraíba	Calçados de borracha/plástico (47,2%), outros açúcares de cana (18,5%), Ilmenita (minérios de titânio) (6,1%)	Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (12,0%), malte não torrado (8,8%), calçados para esportes (6,1%)
Pernambuco	Outros veículos automóveis (19,9%), automóveis c/ motor explosão (16,1%), politereftalato de etileno (11,8%)	Gasóleo (óleo diesel) (11,8%), outras gasolinas, exceto para aviação (9,8%), outros propanos liquefeitos (9,1%)
Alagoas	Outros açúcares de cana (60,0%), outros aparelhos p/filtrar ou depurar líquidos (30,6%), policloreto de vinila (3,3%)	Outros alhos frescos ou refrigerados (6,8%), camisetas "T-Shirts" de malha de algodão (6,0%), outras naftas, exceto para petroquímica (4,2%)
Sergipe	Sucos de laranjas, congelados, não fermentados (36,0%), outros calçados (23,8%), outros calçados cobrindo tornozelo (6,9%)	Diidrogeno-ortofosfato de amônio (15,7%), outros trigos de misturas de trigo c/ centeio (13,7%), coque de petróleo não calcinado (9,2%)
Bahia	Soja, mesmo trituração, exceto para sementeira (15,5%), pasta química de madeira, soda/sulfato (12,3%), óleo diesel (7,4%)	Naftas para petroquímica (26,4%), sulfetos de minérios de cobre (11,9%), outros veículos automóveis (4,2%)
Nordeste	Soja, mesmo trituração exceto para sementeira (15,2%), pasta química madeira (10,0%), alumina calcinada (6,9%)	Naftas para petroquímica (9,4%), óleo diesel (8,0%), outras gasolinas, exceto para aviação (5,2%)

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

9. Finanças Públicas

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é um tributo estadual, fundamental para compor as receitas das unidades federativas brasileiras.

O ICMS é um tributo de aplicação complexa, que cria burocracia para as empresas e animosidade nas relações entre os estados. As alíquotas internas são diferenciadas com base no tipo de fato gerador (produto ou serviço) e variam de uma unidade federativa para outra. A discrepância nas alíquotas interestaduais criaram condições desiguais de competição e levaram o País à chamada guerra fiscal.

Parte do ICMS é pago na origem, ou seja, a empresa que vende realiza o recolhimento, beneficiando assim os estados produtores, mais desenvolvidos economicamente, que conseguem maior arrecadação. A outra parcela do imposto é recolhida no estado comprador.

A arrecadação de ICMS no Brasil alcançou R\$ 326,6 bilhões de janeiro a setembro de 2017, ante R\$ 308,1 bilhões em iguais meses de 2016, significando um ganho real de 2,3% no período em análise.

A concentração do ICMS é refletida na distribuição do tributo em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase a metade do ICMS arrecadado de janeiro a setembro de 2017, precisamente 49,5%. Seguem o Sul (18,5%); Nordeste (16,6%); Centro-Oeste (9,4%); e Norte (6,0%), conforme especificado na Tabela 1.

Especificamente no Nordeste, a arrecadação de ICMS foi de R\$ 54,2 bilhões nos primeiros nove meses de 2017, ante R\$ 50,7 bilhões em igual período de 2016, significando um incremento nominal de 6,9%. Descontada a inflação, implicou um ganho real de 3,1%.

A única região com perda real no corrente ano tem sido o Norte (-2,0%). Ganhos em termos reais estão sendo obtidos no Sul (+6,4%), Centro-Oeste (+1,5%) e Sudeste (+1,2%).

Espírito Santo (-1,7%) e Alagoas (-1,3%) foram os únicos estados pertencentes a área de atuação do Banco do Nordeste com perdas reais de arrecadação. Seguem os desempenhos nos demais estados: Paraíba (+5,5%), Minas Gerais (+4,4%), Sergipe (+4,0%), Bahia (+4,0%), Piauí (+3,9%), Pernambuco (+3,4%), Ceará (+3,1%), Maranhão (+1,4%) e Rio Grande do Norte (+1,2%),

conforme especificado na Tabela 1. Cabe alertar que os dados para Alagoas ainda são provisórios.

Em termos setoriais, é importante ressaltar que a arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia além de petróleo, combustíveis e lubrificantes alcançou 96,0% da arrecadação total do ICMS no Nordeste nos primeiros nove meses de 2017 (Tabela 2).

A arrecadação do setor terciário representa a maior participação na arrecadação do ICMS do Nordeste (43,6%), conforme especificado na Tabela 2. A arrecadação do referido setor cresceu 5,2% em termos reais quando se compara janeiro a setembro de 2017 com igual período do ano anterior (Tabela 3).

O setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação de 21,8% na arrecadação total do Nordeste no período em análise, apresentou acréscimo de 0,4% em termos reais (Tabelas 2 e 3).

A arrecadação do setor secundário, que representou 19,7% do total obtido no Nordeste de janeiro a setembro de 2017, aumentou 4,5% em termos reais (Tabelas 2 e 3).

O segmento de energia, com 10,9% de participação no total arrecadado do Nordeste, registrou perda real de 2,7% no período em análise (Tabelas 2 e 3).

Em termos estaduais, é importante ressaltar que a perda sofrida por Alagoas (-1,3%) ocorreu, principalmente, em função da queda na arrecadação proveniente do setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, no setor primário e na dívida ativa. O pequeno crescimento real do Rio Grande do Norte deveu-se às quedas no setor secundário e primário. No Maranhão, por sua vez, verificou-se queda na arrecadação de petróleo e combustíveis (Tabela 3).

Com exceção do Ceará e Rio Grande do Norte, os demais estados obtiveram incremento na arrecadação no setor secundário, com destaque para Sergipe, Maranhão e Pernambuco (Tabela 3).

Os maiores crescimentos no setor terciário foram verificados no Piauí, Paraíba e Sergipe (Tabela 3).

A arrecadação de ICMS pode ser utilizada como um indicador antecedente da atividade econômica. Assim, projeta-se a retomada do crescimento econômico, ainda que modesta, na área de atuação do Banco do Nordeste.

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS – 2016 e 2017 – R\$ Milhões

Estado/Região	2016	Part. %	2017	Part. %	Var. % ⁽²⁾	Var. Real % ⁽³⁾
Alagoas	2.652	0,9	2.714	0,8	2,3	-1,3
Bahia	14.275	4,6	15.387	4,7	7,8	4,0
Ceará	7.691	2,5	8.223	2,5	6,9	3,1
Maranhão	4.370	1,4	4.591	1,4	5,1	1,4
Paraíba	3.475	1,1	3.801	1,2	9,4	5,5
Pernambuco	9.855	3,2	10.562	3,2	7,2	3,4
Piauí	2.547	0,8	2.744	0,8	7,7	3,9
Rio Grande do Norte	3.650	1,2	3.829	1,2	4,9	1,2
Sergipe	2.190	0,7	2.359	0,7	7,8	4,0
Nordeste	50.705	16,5	54.210	16,6	6,9	3,1
Norte	19.240	6,2	19.542	6,0	1,6	-2,0
Sudeste	154.187	50,0	161.724	49,5	4,9	1,2
Minas Gerais	30.956	10,0	33.492	10,3	8,2	4,4
Espírito Santo	6.684	2,2	6.808	2,1	1,9	-1,7
Sul	54.728	17,8	60.361	18,5	10,3	6,4
Centro-Oeste	29.218	9,5	30.736	9,4	5,2	1,5
Brasil	308.078	100,0	326.574	100,0	6,0	2,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda. Nota: (1) Arrecadação de jan-set/2016 e jan-set/2017. (2) Variação nominal, jan-set de 2017 em relação a 2016. (3) Variação real, descontado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período.

Tabela 2 - ICMS: Participação setorial na arrecadação estadual - Em %

Estado/Região	Primário	Secundário	Terciário	Energia	Petróleo	Dívida Ativa e Outras
Alagoas	0,1	32,2	44,9	10,8	10,6	1,4
Bahia	0,5	24,8	37,9	10,0	24,1	2,7
Ceará	0,0	19,4	40,4	12,8	23,5	3,8
Maranhão	0,8	13,8	41,8	10,0	21,1	12,5
Paraíba	0,1	13,8	46,4	11,6	23,4	4,8
Pernambuco	0,1	15,4	54,4	11,0	18,3	0,8
Piauí	7,1	14,5	34,6	11,5	31,9	0,2
Rio Grande do Norte	2,0	16,8	48,5	10,7	22,0	-
Sergipe	4,3	23,8	43,2	10,0	17,2	1,5
Nordeste	0,9	19,7	43,6	10,9	21,8	3,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

Tabela 3 - ICMS: Variação ⁽¹⁾ por setor - Em %

Estado/Região	Primário	Secundário	Terciário	Energia	Petróleo	Dívida Ativa e Outras
Alagoas	-3,9	6,7	5,4	5,1	-32,6	-42,4
Bahia	27,1	3,3	5,0	-6,8	7,2	-0,4
Ceará	-4,2	-0,4	3,6	-1,1	3,9	23,0
Maranhão	26,7	11,3	4,5	7,0	-15,6	7,3
Paraíba	-14,6	6,6	6,4	-2,4	8,0	-7,1
Pernambuco	66,7	8,6	5,6	-4,4	1,7	-50,1
Piauí	10,8	0,5	9,4	-5,8	2,0	83,6
Rio Grande do Norte	-2,0	-6,1	4,7	0,5	-	-
Sergipe	-4,0	23,1	6,0	-1,4	-15,1	13,6
Nordeste	8,5	4,5	5,2	-2,7	0,4	-1,2

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

Nota: (1) Variação real, descontado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período.

10. Intermediação Financeira

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional atingiu R\$ 3.048 bilhões em setembro, implicando um recuo de 2,0% no acumulado dos últimos 12 meses e uma queda de 1,9% nos nove primeiros meses de 2017 (Gráficos 1).

A relação crédito/PIB declinou para 47,0%, comparativamente a 50,2% em setembro de 2016, conforme dados divulgados pelo Banco Central (BACEN).

O saldo da carteira de pessoas físicas alcançou R\$ 1.616 bilhões em setembro de 2017. A expansão ocorrida nesse segmento (+4,7% em 12 meses e +3,5% em 2017) não foi suficiente para contrabalançar a queda na carteira de pessoas jurídicas (-8,7% em 12 meses e -7,3% em 2017). Assim, o saldo de pessoas jurídicas caiu para R\$ 1.432 bilhões.

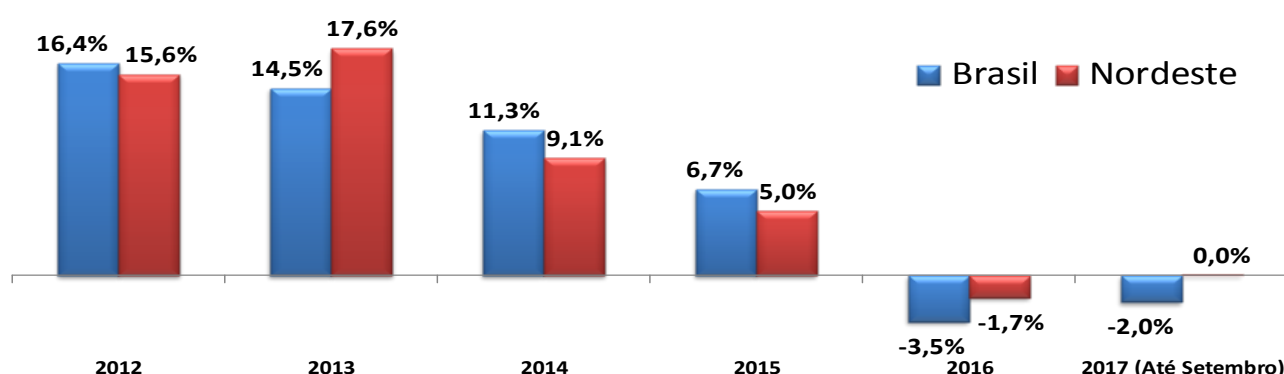
Os recursos livres (saldo de R\$ 1.530 bilhões em setembro de 2017) encolheram 1,7% em 12 meses e 1,1% nos nove primeiros meses de 2017, similar tendência

observada com os recursos direcionados (-2,9% em 12 meses e -2,1% nos nove primeiros meses de 2017, saldo de R\$ 1.518 bilhões em setembro de 2017).

Em termos setoriais, cabe mencionar as retrações, no acumulado de 2017, no saldo das operações de crédito em todas as carteiras: comércio (-12,1%), construção civil (-12,7%), indústria extrativa (-10,1%), indústria de transformação (-9,5%), agropecuária (-4,5%), transporte (-4,9%), administração pública (-2,0%) e em serviços industriais de utilidade pública (-1,4%).

Regionalmente, consideradas as operações acima de R\$ 1 mil, ocorreu expansão no saldo alocado, em 2017, no Centro-Oeste (+1,1%, saldo de R\$ 333 bilhões em setembro de 2017) e Norte (+1,0%, R\$ 117 bilhões). Por outro lado, ocorreu retração no Nordeste (-0,1%, R\$ 398 bilhões), Sudeste (-2,6%, R\$ 1.607 bilhões) e Sul (-0,7%, R\$ 549 bilhões). Nos últimos 12 meses, o crédito no Nordeste apresenta estabilidade.

Gráfico 1 - Crescimento (%) do saldo de crédito no Brasil e Nordeste - Acumulado em 12 meses



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Especificamente no Nordeste, o saldo das operações de crédito destinado para pessoas físicas apresentou crescimento de 5,5% nos últimos 12 meses. Referido desempenho foi determinado pela contratação de operações de crédito direto ao consumidor, crédito consignado, cartão de crédito e cheque especial, em grande visando equacionar dívidas e equilibrar o orçamento familiar.

Quanto ao crédito para pessoas jurídicas no Nordeste, cujos recursos são essencialmente direcionados para a produção (investimentos e capital de giro), registrou recuo de 8,2% em 12 meses.

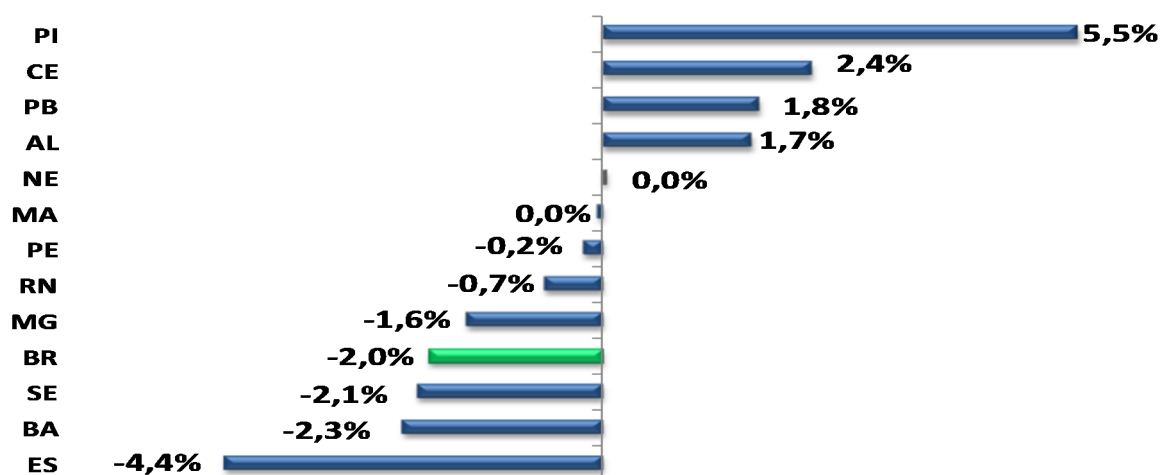
Em termos de participação, o saldo das operações de crédito do Nordeste em setembro destinado às famílias representava mais da metade (63,5%) do total, cabendo

a parcela restante (36,5%) às empresas.

Entre os estados nordestinos, o saldo das operações de crédito nos últimos doze meses foi crescente no Piauí (+5,5%), Ceará (+2,4%), Paraíba (1,8%) e Alagoas (+1,7%). O Maranhão apresentou estabilidade na carteira de crédito total nos últimos 12 meses. Os demais estados apresentaram resultados negativos: Pernambuco (-0,2%); Rio Grande do Norte (-0,7%); Minas Gerais (-1,6%); e Sergipe (-2,1%).

A Bahia, que possui o maior volume de crédito no Nordeste, apresentou a maior retração no crédito na Região (-2,3%). Na área de atuação do Banco do Nordeste, o Espírito Santo, com recuo de 4,4%, foi o Estado de maior contração no saldo de crédito total (Gráficos 2).

Gráfico 2 - Crescimento (%) do saldo de crédito na área de atuação do BNB - Acumulado em 12 Meses



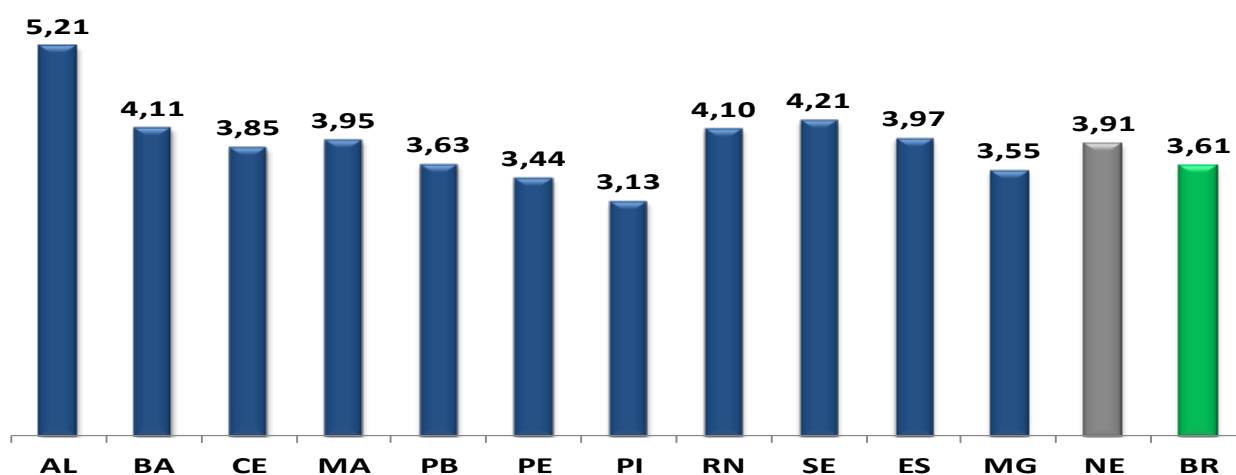
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

A taxa de inadimplência regional, que representa a proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito, registrou +3,91% em setembro, sinalizando queda de 0,09 pontos percentuais (p.p.) em grande medida pela queda da inadimplência da pessoa jurídica (+3,52%), ante +3,77% no mês de agosto. Apesar do da redução, o Nordeste ainda situa-se acima da taxa de inadimplência nacional (+3,61%), vide Gráfico 3.

Na área de atuação do Banco do Nordeste, Piauí (+3,13%), Pernambuco (+3,44%) e Minas Gerais (+3,55%), anotaram inadimplência inferior a média brasileira (+3,61%), conforme o Banco Central. Alagoas (+5,21%) e Sergipe (4,21%) apresentaram as maiores inadimplências em setembro.

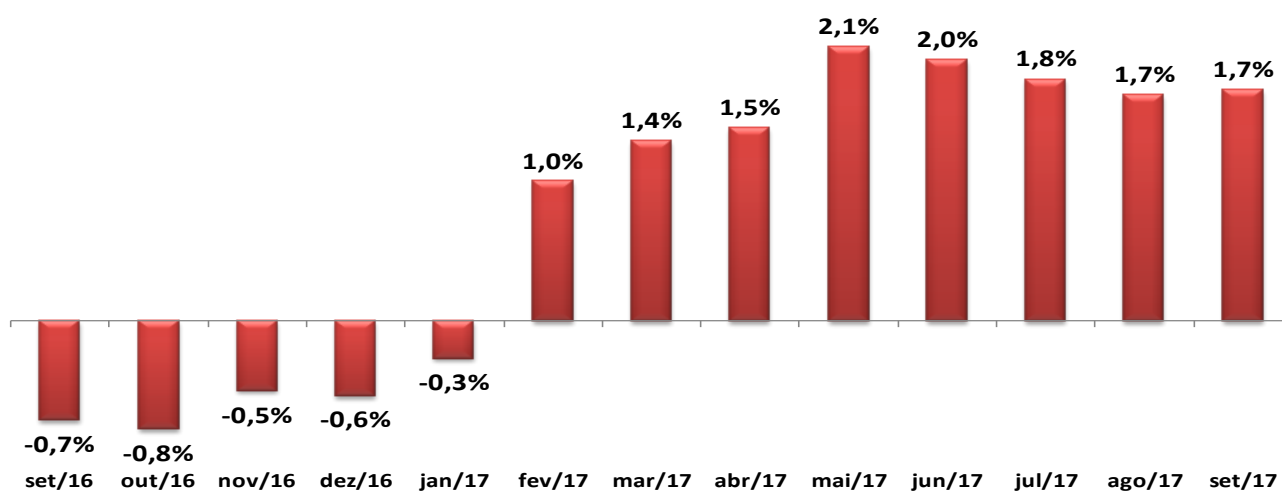
Os gráficos 4 a 14 mostram o comportamento, por estado, do saldo de crédito total no acumulado dos últimos 12 meses.

Gráfico 3 - Inadimplência (%) no Brasil e na área de atuação do BNB – Em setembro de 2017



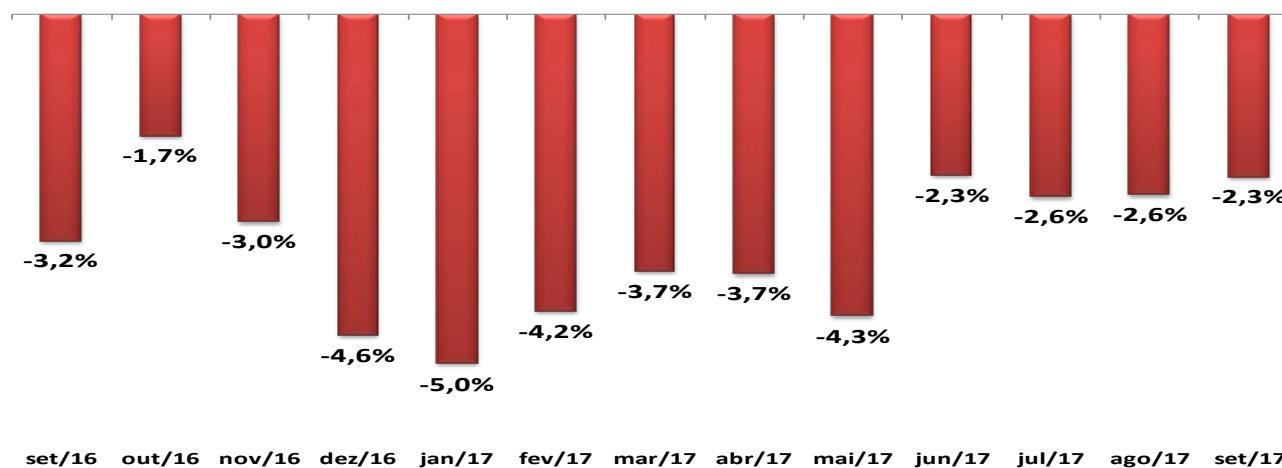
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Gráfico 4 - Crescimento (%) do saldo de crédito em Alagoas - Acumulado em 12 meses



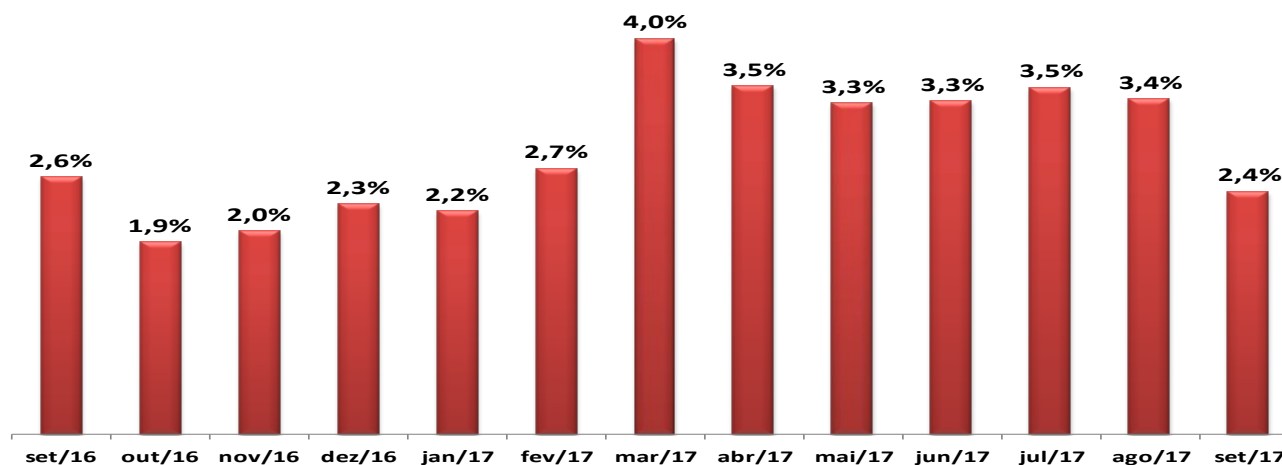
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Gráfico 5 - Crescimento (%) do saldo de crédito na Bahia - Acumulado em 12 meses



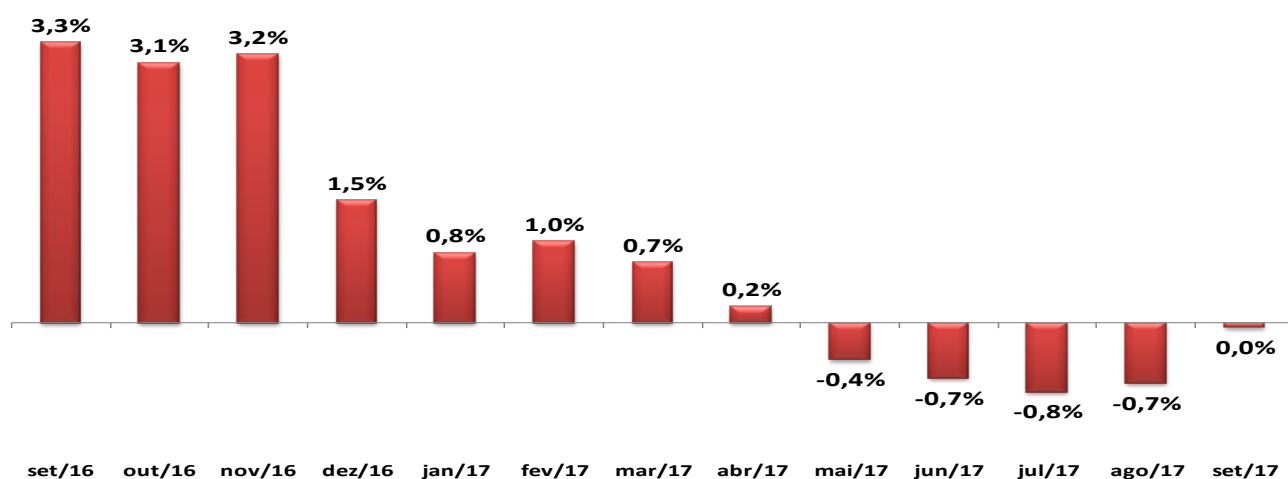
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Gráfico 6 - Crescimento (%) do saldo de crédito no Ceará - Acumulado em 12 meses



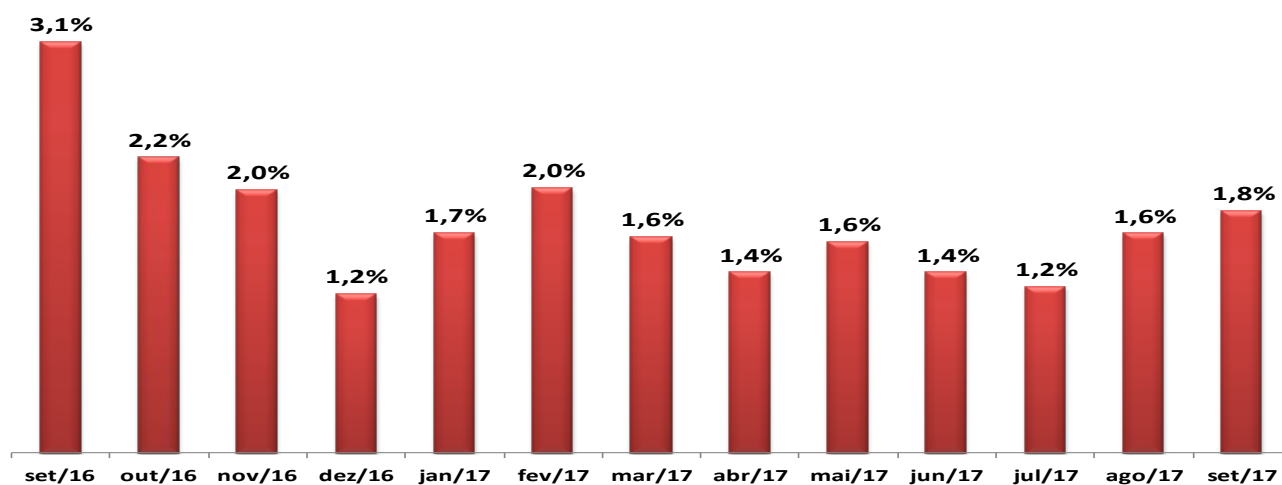
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Gráfico 7 - Crescimento (%) do saldo de crédito no Maranhão - Acumulado em 12 Meses



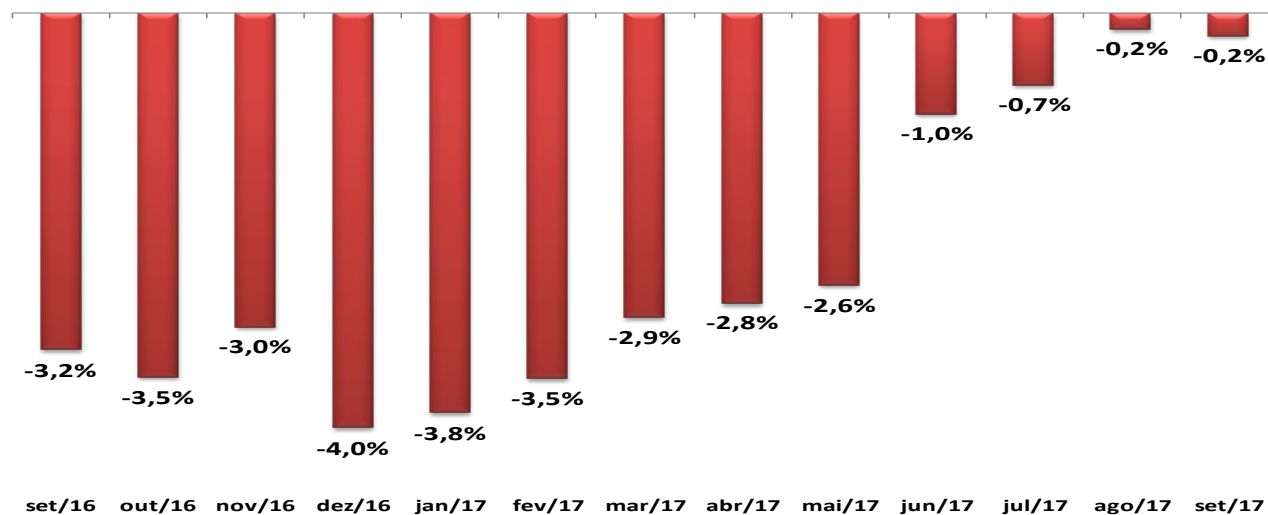
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Gráfico 8 - Crescimento (%) do saldo de crédito na Paraíba - Acumulado em 12 Meses



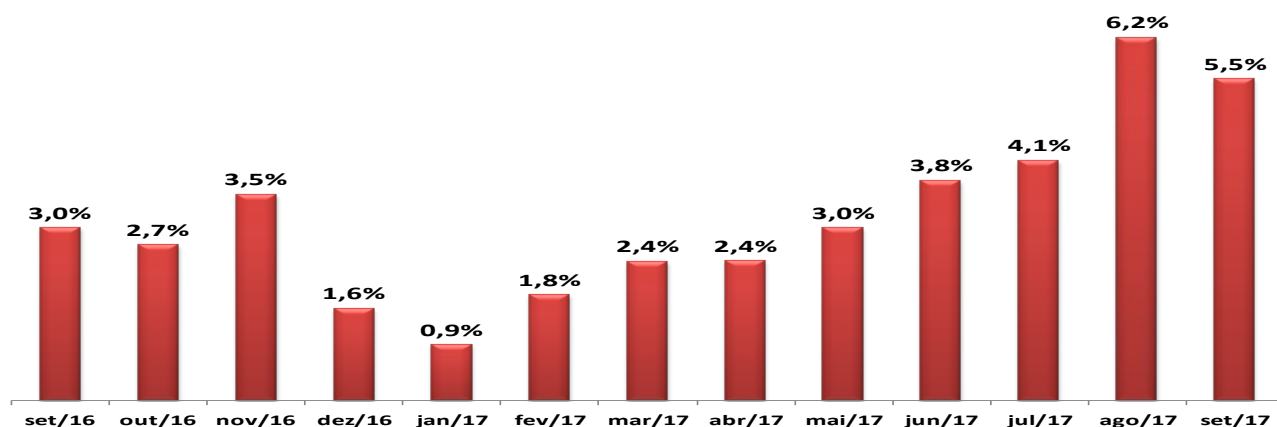
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Gráfico 9 - Crescimento (%) do saldo de crédito em Pernambuco - Acumulado em 12 Meses



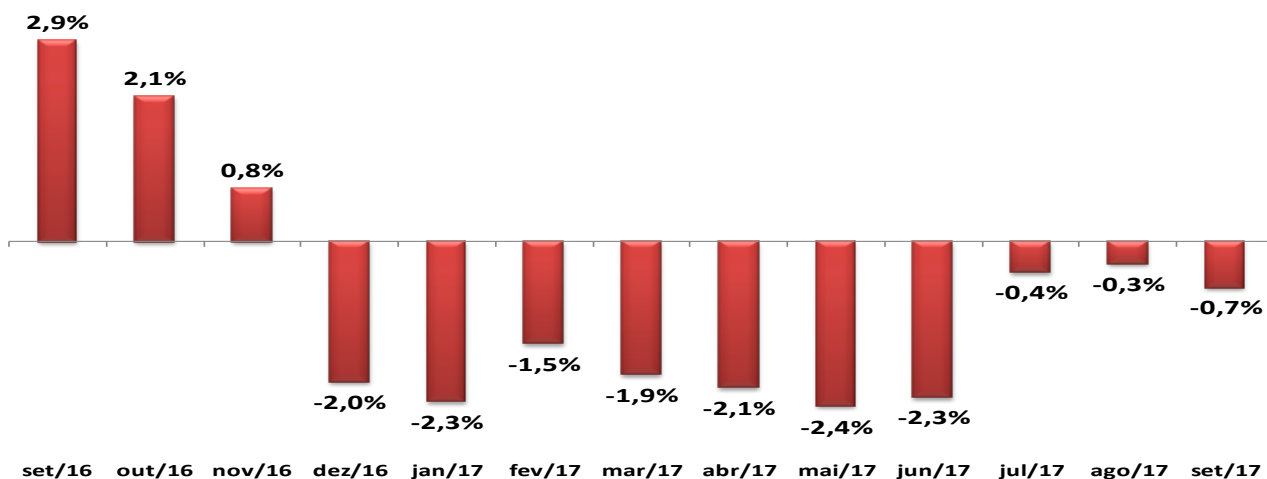
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Gráfico 10 - Crescimento (%) do saldo de crédito no Piauí - Acumulado em 12 Meses



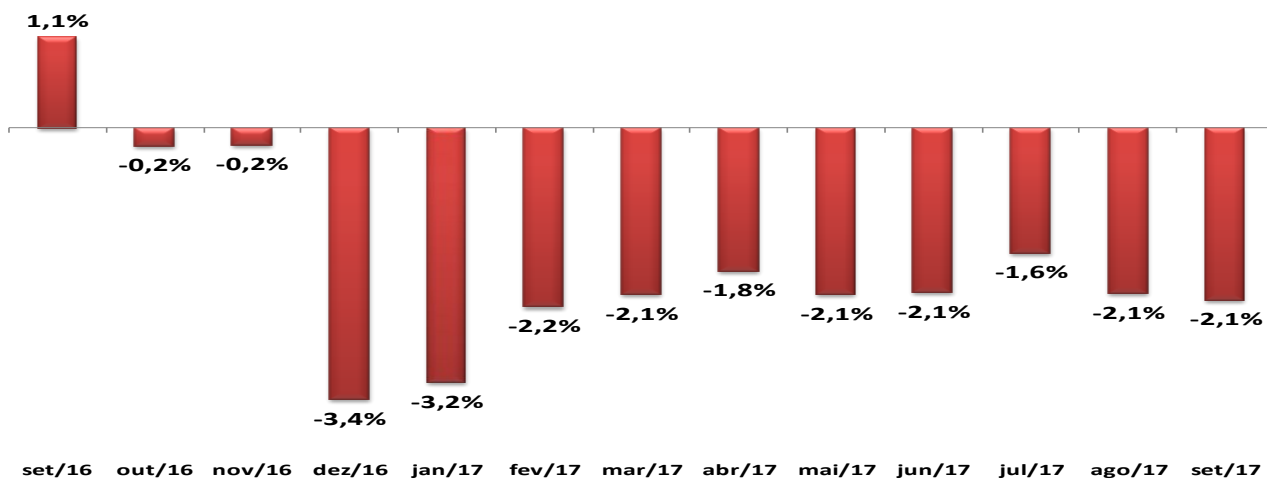
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Gráfico 11 - Crescimento (%) do saldo de crédito no Rio Grande do Norte - Acumulado em 12 Meses



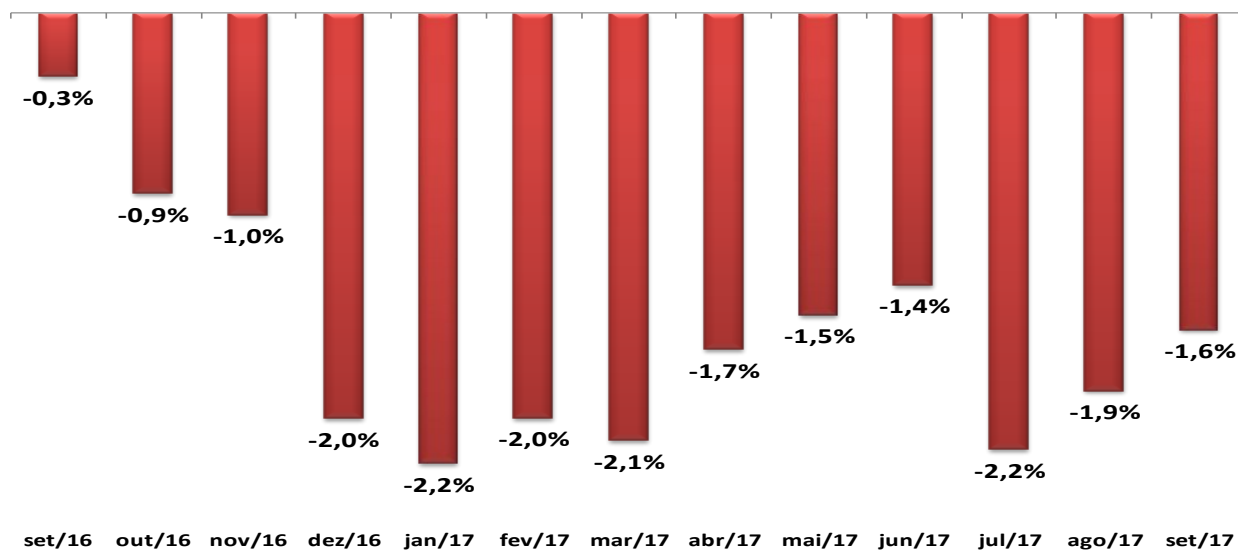
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Gráfico 12 - Crescimento (%) do saldo de crédito em Sergipe - Acumulado em 12 Meses



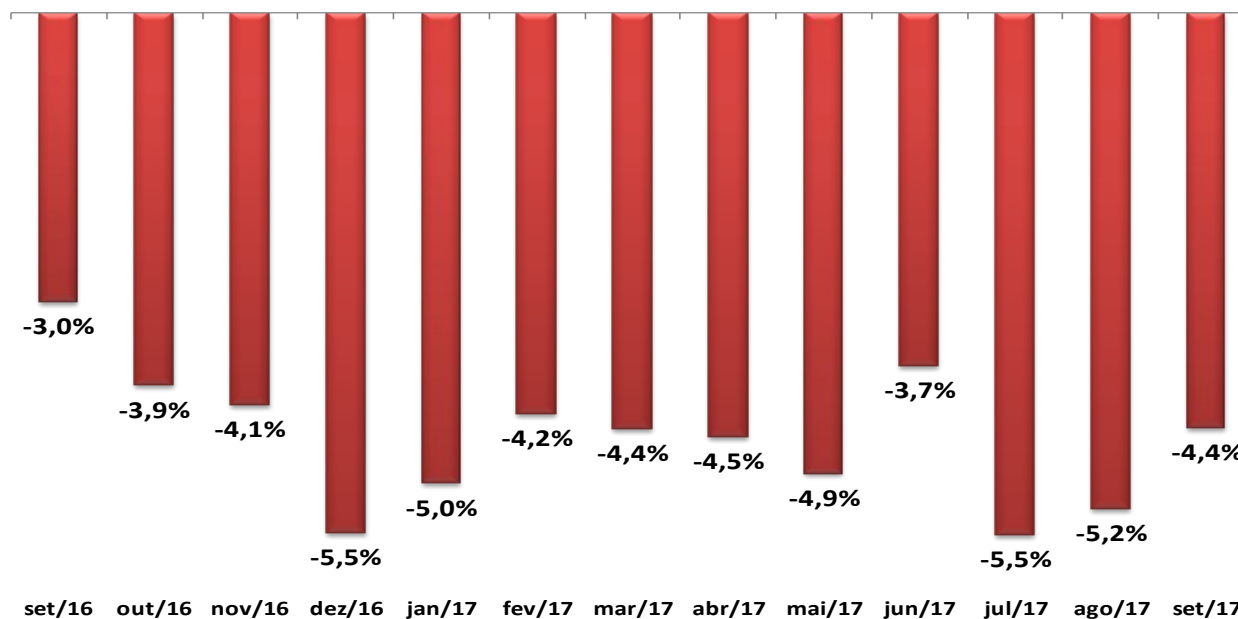
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Gráfico 13 - Crescimento (%) do saldo de crédito em Minas Gerais - Acumulado em 12 Meses



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Gráfico 14 - Crescimento (%) do saldo de crédito no Espírito Santo - Acumulado em 12 Meses



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.